



3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Brasília/DF, 27 a 30 de novembro de 2014

Conferências Temáticas Documentos Finais







3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Brasília/DF, 27 a 30 de novembro de 2014

CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS

DOCUMENTOS FINAIS

Apresentação

O presente Caderno Temático traz o conjunto de resultados de 04 Conferências Temáticas Nacionais realizadas entre os meses de Março e Abril de 2014, como parte integrante do processo da 3ª CONAES:

1. Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão;
2. Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários;
3. Conferência Temática Economia Solidária como Estratégia de inclusão Sócioprodutiva de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis;
4. Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

Além destas, traz os resultados de nove (09) Conferências Livres sobre Economia Solidária e Economia Feminista, realizadas pela Rede Nacional de Economia Solidária e Economia Feminista, realizadas durante o mês de março/2014, nos estados do Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal.

Pelos documentos orientadores da 3ª CONAES, tanto as Conferências Temáticas Nacionais quanto as Conferências Livres deveriam remeter seus conteúdos para influência nos eventos Territoriais, Municipais e Estaduais da 3ª CONAES, não devendo remeter diretamente para a etapa nacional nenhuma proposição para o Plano Nacional. Entretanto, houve descompasso no cronograma de realização desses dois blocos de conferências (Temáticas Nacionais, Conferências Livres e Conferências Estaduais), pressupondo-se efetiva dificuldade na incidência de seus resultados sobre as proposições remetidas dos estados para a nacional.

Considerando que as Conferências Temáticas Nacionais foram realizadas envolvendo um conjunto importante de institucionalidades (redes de EES, EAF e Gestores Públicos) que vêm historicamente atuando no cenário nacional e, portanto, têm participado ativamente de debates que trazem conteúdos nacionais muitas vezes não apreendidos nos debates estaduais, apresenta-se o presente caderno temático na perspectiva de subsidiar o conjunto de delegadas e delegados da Etapa nacional da 3ª CONAES em seus debates de elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária.

No que se refere às Conferências Livres, não chegaram à Comissão Organizadora Nacional da 3ª CONAES todas as informações sobre a totalidade das que foram realizadas nos estados. Entretanto, foi encaminhado documento sintetizando os resultados de nove (09) Conferências Livres sobre Economia

Solidária e Economia Feminista.

O Conselho Nacional de Economia Solidária, em sua reunião ordinária do dia 24 de Setembro de 2014, considerando: a) ampla discussão de fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos na construção da economia solidária e sobretudo da 3ª CONAES – discussão esta que resultou na deliberação de que mulheres deveriam estar asseguradas como no mínimo 50% de composição de delegadas na Conferência Nacional; b) a contribuição específica do debate da Economia Feminista para a Economia Solidária brasileira; c) que as 09 Conferências Livres de Economia Solidária e Feminista, embora convocadas estadualmente, foram feitas pela mesma Rede Nacional de Economia Solidária e Feminista, tendo seguido o mesmo percurso metodológico e tendo suas proposições sistematizadas em um único documento final; recomendou que o conteúdo do documento de resultados das 09 Conferências Livres de Economia Solidária e Feminista figurasse no presente Caderno Temático, sendo dado a ele o tratamento similar dispensado às Conferências Temáticas Nacionais.

Desta forma, apresenta-se o Caderno Temático, como subsídio que possa qualificar os debates, reflexões e proposições dos delegados e das delegadas presentes no evento nacional da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária.

Boa leitura e bom trabalho!

Sumário

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão.	9
Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.	41
Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.	53
Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.	65
Conferência Livre Economia Solidária e Feminista.	83



**3ª Conaes
Conferência
Nacional de
Economia
Solidária**

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

Documento Final

Brasília/DF

Abril/2014

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

Apresentação

O presente documento consiste em uma síntese dos resultados dos debates ocorridos na Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, realizada no período de 11 a 13 de março de 2014, em Brasília, como parte integrante do processo de construção da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (3ª CONAES).

O Conselho Temático de Formação e Assessoramento Técnico (CTFAT) do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em consonância com os dispostos no Termo de Referência da 3ª CONAES, convocou a referida Conferência Temática no intuito de elaborar diretrizes temáticas e oferecer subsídios para as conferências municipais, territoriais, estaduais e nacional.

Desta forma, a conferência temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão teve como principais objetivos: aprofundar o debate sobre educação e autogestão com base nos acúmulos da 1ª e 2ª CONAES; promover o balanço sobre avanços e desafios em relação ao tema; e elaborar propostas para a construção do Plano Nacional de Economia Solidária a ser construído na 3ª CONAES.

A conferência temática foi realizada com a participação de representantes dos Empreendimentos de Economia Solidária, de entidades de apoio e fomento e de gestores públicos de economia solidária, alcançando participação de uma média de 75 pessoas, nas seguintes representações: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Redes de Cooperativismo (UNICAFES e UNISOL); Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária; Universidades (Rede UNITRABALHO e Rede de ITCP´s); CONTAÇ, Fórum de EJA; Fórum de Educação do Campo; RECID; Rede CFES; além da participação de representantes do governo federal (MTE, SQ-PR e MDA).

Os registros aqui feitos representam uma contribuição da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão para as etapas territoriais e estaduais, bem como à própria etapa nacional da 3ª CONAES, não como “verdades definitivas” sobre as questões exploradas no evento, mas como apontamentos acerca dos temas e dos principais desafios e perspectivas colocadas para a Economia Solidária brasileira, seja na perspectiva do movimento organizado, seja nas políticas públicas, de forma a corroborar com a construção dos planos territoriais, estaduais e nacional de Economia Solidária.

1. Contexto

Nos últimos anos, a realização de Conferências Nacionais de Economia Solidária tem contribuído sobremaneira para a organização e fortalecimento da economia solidária brasileira, desempenhando importante papel enquanto espaços de participação ativa da sociedade na construção de subsídios para formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

De fato, conforme afirma o Termo de Referência da 3ª CONAES:

“A construção de uma política nacional de economia solidária é um processo sistemático de reconhecimento de direitos de cidadania pelo Estado, sobretudo dos trabalhadores e trabalhadoras nas iniciativas econômicas-solidárias, e como dever do Estado. Nesse sentido, a política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira”¹.

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) realizada em 2006, com o tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, trouxe importante contribuição no sentido de afirmação da identidade e dos fundamentos próprios da economia solidária enquanto estratégia geradora de trabalho emancipado e atuando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas. Nesse sentido, num período ainda de pouca visibilidade nacional enquanto prática no seio da sociedade e no âmbito das políticas públicas, a 1ª CONAES afirmou a economia solidária enquanto alternativa ao modelo capitalista e como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluído e solidário.

Além de organizar um significativo conjunto de prioridades para as políticas públicas em diversas áreas (marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, entre outras):

“O legado da I CONAES foi substancial para os avanços e aperfeiçoamento das políticas públicas de economia solidária. Em 2007, o Conselho Nacional de Economia Solidária buscou transformar as resoluções da Conferência em ações e iniciativas do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em sua segunda versão, no Plano Plurianual do Governo Federal para 2008-2011”².

Já em 2010, a 2ª CONAES abriu novos horizontes para o avanço da economia solidária no Brasil, com o tema do reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”.

Com os resultados da 2ª CONAES, o Conselho Nacional fortaleceu seu processo de diálogo com o poder legislativo para o avanço de uma legislação nacional da economia solidária, além de considerar as resoluções construídas nessa conferência para a construção do PPA 2012-2015, que colocou a economia solidária no Programa Temático de Desenvolvimento Regional, Territorial

Sustentável e Economia Solidária.

Considerando os diversos acúmulos da I e II CONAES, a III CONAES vem se constituindo na perspectiva de dar mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública de economia solidária em âmbito nacional. Segundo considerações do Conselho Nacional de Economia Solidária³ :

“A exemplo de várias outras políticas inovadoras e recentes, as Conferências Públicas de Economia Solidária seguem um roteiro que passa pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária (I CONAES), seguida da afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado (II CONAES) e vai se consolidando com a proposição de planos.”

Portanto, com o tema “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, a 3ª CONAES, cuja etapa nacional está prevista para novembro de 2014, pretende desencadear processos de elaboração de planos municipais, territoriais, estaduais e nacional, como instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise de contexto e de uma visão de futuro, diante das quais se definem objetivos, estratégias e linhas prioritárias de ação que orientam programas e projetos de fortalecimento da economia solidária em cada esfera de planejamento (município, território, estado, país).

Ainda segundo os documentos de referência da 3ª CONAES, compreende-se que:

“O planejamento participativo é uma característica inerente à economia solidária. A concepção de autogestão é o exercício da democracia plena com o efetivo envolvimento consciente dos trabalhadores e trabalhadoras nas definições dos temas e questões que lhes dizem respeito. Por isso, nada melhor que construir um Plano Nacional de Economia Solidária em uma conferência pública que possibilite o diálogo e a expressão dos diversos interesses e busca de construção de proposições que orientem a ação do Estado e da Sociedade Civil.”

Ocorre que o tema da Autogestão – e de forma subjacente, o da Participação – tem sido correntemente pontuado como um dos principais desafios no avanço da economia solidária no Brasil, a despeito de todos os acúmulos já alcançados na sua organização nacional, seja na perspectiva da prática cotidiana dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), seja na perspectiva da organização política do movimento e do avanço nas políticas públicas.

Na verdade, desde a realização da primeira plenária nacional o movimento de economia solidária reafirma que a educação é um eixo fundamental para o fortalecimento da Economia Solidária no país. Essa afirmação norteou as práticas das entidades de apoio e fomento e também da construção das políticas

¹Fonte: Texto de Referência da 3ª CONAES, aprovado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

²Plano Plurianual (PPA) é um plano que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal.

³Fonte: Texto de Referência da 3ª CONAES, aprovado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

públicas. Todavia, a educação em economia solidária é um grande desafio e o crescimento contínuo exige respostas condizentes com as necessidades dos empreendimentos que se deparam muitas vezes com realidades territoriais complexas relacionadas à autogestão e suas iniciativas coletivas.

No âmbito das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o que temos de mais explícito nesse tema é o entendimento de que, somente com uma política de Educação em Economia Solidária definida participativamente, de forma estratégica, com instrumentos, metodologias e conteúdos adequados à realidade dos sujeitos da economia solidária, é possível fortalecê-la a partir das práticas da autogestão e de ampliação da democracia desde o universo dos EES até o universo das políticas públicas.

Consta nas Resoluções da 1ª CONAES:

“81. A Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão.”

E ainda:

“84. A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade dos atores, que promova a paz através do diálogo como meio para a solução de conflitos e que universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais.”

Já na 2ª CONAES, uma série de resoluções que reafirmam a necessidade e sinalizam as diretrizes de uma política nacional de Educação em Economia Solidária foram definidas e defendidas como condição fundamental para que a Economia Solidária se consolide como estratégia de desenvolvimento e como direito ao trabalho associado que potencializa as revoluções socioeconômicas pretendidas.

Essas resoluções foram tratadas no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária, transformando-se na Recomendação Nº 08, de 04 de Julho de 2012, que sintetiza um conjunto de concepções e diretrizes político-metodológicas para a Educação em Economia Solidária, cujo conteúdo é matéria-prima principal o eixo da Educação nos planos municipais, territoriais, estaduais e nacional de economia solidária a serem constituídos na 3ª CONAES⁴.

⁴O conteúdo dessa Recomendação, em sua maioria, veio das reflexões e contribuições da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, realizada de 12 a 14 de abril de 2010, que incidiu nas etapas estaduais e nacional para a deliberação destes conteúdos no documento final da 2ª CONAES.

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

Sabendo-se que a 3ª CONAES aglutina um conjunto de atores bem mais amplo e diverso que as primeiras Conferências, visto o crescimento da Economia Solidária no Brasil, o Comitê Temático de Formação e Assessoramento Técnico do Conselho Nacional de Economia Solidária compreendeu a legitimidade de realização de uma Conferência Temática Nacional com o tema “Economia Solidária, Educação e Autogestão” como espaço fundamental de reafirmação e a aprofundamento de concepções fundamentais no campo da Educação em Economia Solidária, bem como para a elaboração de indicativos que possam orientar a construção dos planos previstos para as diversas espacialidades que a 3ª CONAES vai alcançar.

O desafio e esforço enfrentado na presente Conferência Temática foi realizar um balanço dos avanços e dificuldades no tema da Educação e da Autogestão nas dinâmicas do movimento de economia solidária e na implementação das políticas públicas, vendo como esses processos vem impactando na tomada de decisões nas construções da economia solidária, e nos possíveis caminhos para consolidação de uma nova práxis educativa e socioeconômica.

A Conferência Temática determinou-se ainda a explicitar e refletir sobre as concepções e diretrizes que a economia solidária brasileira vem adotando nos últimos anos no tema de Territórios, Territorialidade e Abordagem Territorial na construção de processos de desenvolvimento sustentável, tanto no âmbito do movimento e como no campo das políticas públicas.

Isto por pressupor que a elaboração de planos locais e nacional de economia solidária demandam um olhar sobre a realidade própria na qual estão imersos os sujeitos da economia solidária, para os quais a compreensão de seu território e a percepção da identidade territorial podem ser tomados como pontos de partida para a ação transformadora.

Embora o presente documento traga o registro de algumas elaborações feitas ou reafirmadas sobre esses temas – Educação, Autogestão, Territórios, Territorialidade e Abordagem Territorial – o que se pretendeu fazer na conferência temática foi mais um estímulo inicial para o aprofundamento deste debate nas instâncias locais da 3ª CONAES (municipais, territoriais e estaduais), do que afirmações conclusivas que deem conta de todas as questões que envolvem cada uma das categorias acima. Portanto, o presente documento é apenas um subsídio a ser complementado pelo rico debate nos diversos momentos do processo de consolidação da 3ª CONAES até sua etapa nacional.

2. Concepções que queremos reafirmar

2.1. Diretrizes políticas e metodológicas para educação em economia solidária

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), acolhendo as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2ª CONAES), propôs um conjunto de recomendações que subsidiam a construção de políticas públicas de educação em Economia Solidária. Essas recomendações compõem um Termo de Referência (Recomendação nº 8, de 04 de julho de 2012 do CNES) com o objetivo de contribuir para maior identidade e articulação dos processos educativos em economia solidária com vistas a ampliar do potencial emancipatório da mesma.

Os acúmulos da Recomendação Nº 8 do CNES, são reafirmados por todos/as os/as participantes da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão e, portanto, esta Conferência Temática orienta ao conjunto de participantes de todas as etapas da 3ª CONAES que incorporem seus conteúdos e concepções principais no processo de elaboração dos Planos de Economia Solidária em quaisquer níveis (municipal, territorial, estadual e nacional), resguardando, sobretudo a compreensão fundamental sobre as práticas educativas em economia solidária.

Segundo a Recomendação citada acima, a Educação em Economia Solidária “é uma ‘construção social’, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política” (CNES, 2008 p. 6). O termo aponta para o reconhecimento do trabalho associado como princípio educativo na construção de conhecimentos em Economia Solidária e afirma que os processos de formação e assessoria técnica são “inerentes à educação em Economia Solidária e, portanto, compartilham da mesma concepção”.

Sobre este item, define ainda que:

“A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.” (CNES, 2012 pág. 6)

Na perspectiva desta Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, a elaboração de planos de economia solidária, sobretudo no que se refere ao tema desta conferência, deve necessariamente incorporar as

Diretrizes Políticas Metodológicas da Resolução nº 08 do CNES, as quais orientam como base e ponto de partida para a construção de políticas de educação em economia solidária:

- a. Utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;
- b. Desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras;
- c. Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos atos formativos autogestionários. A orientação pedagógico-metodológica da formação em economia solidária valoriza os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero;
- d. Valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ES. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em ES, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- e. Afirmação da gestão participativa dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;
- f. Resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/educação dos/as trabalhadores/as com assessoria técnica. Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão; Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores (as) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;
- g. Articulação com as ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: incubação, assessoria técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à Economia Solidária, crédito e finanças solidárias, etc. Realizar a complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade, assim como a interlocução entre esses sujeitos e as diferentes legislações que se relacionam com a Economia Solidária das quais os Empreendimentos Econômicos Solidários podem participar/se beneficiar;

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

- h. Desenvolvem tecnologias adequadas para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Os processos pedagógicos voltados à busca de melhor aproveitamento dos meios de produção disponíveis, melhoria da qualidade dos produtos e serviços realizados, utilização de novos materiais etc., devem ser parte integrante do processo de gestão coletiva dos empreendimentos, das redes de cooperação e cadeias solidárias;
- i. Pressupõem a formação continuada e permanente dos diversos formadores na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários. A tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojetoamento ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação;
- j. Devem envolver a diversidade das iniciativas e manifestações da Economia Solidária, incluindo o planejamento, produção de bens e serviços, distribuição, comercialização, finanças e consumo solidários, redes e cadeias de cooperação;
- k. Devem prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com/pelos Empreendimentos Econômicos Solidários;
- l. Considerar as perspectivas de desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;
- m. Promoção da saúde, segurança, qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, suas famílias e comunidades;
- n. Considerar na construção do conhecimento a importância da relação respeitosa com outros seres vivos como parte de uma dimensão ecológica;
- o. Ter a pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento;
- p. Devem considerar a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais populares;
- q. Devem contribuir para constituição e fortalecimento da rede nacional de formadores em Economia Solidária podendo articular com outros formadores envolvidos com a temática da Economia Solidária.

Na construção das políticas públicas, as referências acima precisam dialogar com princípios e temas do percurso formativo, sistematização de experiências, públicos prioritários e referências para as políticas de formação em Economia Solidária, conforme a Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

2.2. Autogestão em Economia Solidária

Na economia solidária, a Autogestão constitui-se princípio fundamental que orienta a prática dos sujeitos (individuais e coletivos), seja no âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários, na organização política dos movimentos, seja na organização e dinâmicas do desenvolvimento territorial.

Segundo acúmulos do movimento, expressados nos documentos da U Plenária:

“A Economia Solidária preconiza o trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, contrapondo-se a alienação da produção nas relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas/os que a praticam. A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida, embora seja a forma mais expressiva pela busca do compartilhamento da gestão do trabalho, buscando a autonomia e a independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõe cada coletivo. A autogestão é um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade”. (pág. 39)

Esta Conferência Temática reconhece e valida essa perspectiva, reafirmando a autogestão como exercício de ampliação da democracia e da participação. Há uma lacuna nos documentos referenciais do movimento e do governo sobre um conceito explícito de autogestão, entretanto sua concepção está implícita no conjunto de elementos de caracterização de sua prática tanto nas elaborações do movimento quanto da gestão pública.

Na percepção dos participantes da Conferência Temática, a autogestão deve ser considerada como um processo em construção a partir das práticas cotidianas vivenciadas pelos sujeitos da economia solidária. Essa construção precisa dialogar com essa vivência da autogestão em práticas educativas que se materializam, em suas diversas dimensões – pessoal, familiar, comunitária e social, no exercício da cidadania e da democracia, na luta por direitos, na tomada de decisões de forma coletiva, na propriedade coletiva dos meios de produção, nas práticas territoriais e no relacionamento entre Estado e sociedade.

Dessa forma, a definição do conceito de autogestão pressupõe um amplo processo de escuta dos sujeitos da economia solidária, em seus territórios, sobre a prática da autogestão. As conferências territoriais e estaduais configuram-se como ótima oportunidade para exercitar essa escuta.

As reflexões feitas nesta Conferência Temática foram apresentando elementos conceitos e/ou princípios sobre autogestão, que caracterizam a mesma na perspectiva da economia solidária.

Nessa perspectiva uma afirmação importante é de compreensão da Autogestão como profundo exercício da cidadania. É um processo de construção, com respeito à diversidade, em todos os momentos e espaços da vida. Vai além do empreendimento, do território, da cidade. Está relacionada com a autonomia e, portanto, está intimamente relacionada com a conquista de direitos, com o

exercício da liberdade, da tomada de decisões coletivas, da propriedade coletiva dos meios de produção, superando a existência de patrão.

É entendida ainda como o exercício de práticas educativas e contínuas em prol da democracia e autonomia nas tomadas de decisão, sem desconsiderar as relações de interdependências entre os sujeitos individuais e coletivos.

A autogestão inicia-se no próprio sujeito e na capacidade de gerir sua própria vida. Sua prática cotidiana demanda que os atores envolvidos tenham disposição para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo. Pressupõe ainda o reconhecimento das limitações culturais que precisam ser superadas para que se possam construir novas posturas pautadas na democracia, participação e equidade. Todo fazer da Economia Solidária pressupõe autogestão, que se concebe na prática diária de seus princípios. É fundamental perceber ainda o princípio educativo da autogestão, nas práticas coletivas e construções coletivas, como processo de emancipação do ser humano, não só no interior dos empreendimentos econômicos solidários, mas como uma ação de fora para dentro do empreendimento, devendo estar em todas as dimensões da vida.

A concepção de autogestão é central ao se pensar e elaborar políticas públicas de economia solidária, pois as mesmas precisam ser elaboradas e implementadas na perspectiva do fortalecimento da prática autogestionária dos indivíduos, em suas relações interpessoais, econômicas e comunitárias. O seu fortalecimento nas dinâmicas territoriais de promoção do desenvolvimento contribui para a ampliação de sua prática na perspectiva mais ampla da relação dos sujeitos e de seus empreendimentos com a sociedade. Caracteriza-se por práticas de diálogo, decisão coletiva, diversidade, prática de rompimento com uma cultura de submissão e de dependência. Nessa perspectiva, a autogestão extrapola o âmbito da produção e desencadeia processos de mais amplos de emancipação humana e transformações sociais.

2.3. Territórios, territorialidades e Abordagem Territorial

A dimensão de Território e da Abordagem Territorial como método de fortalecimento da Economia Solidária enquanto caminho para construção do Desenvolvimento Sustentável ganhou espaço e força tanto dentro da agenda do movimento, quanto do governo.

De fato, no próprio tema da Educação em Economia Solidária, a perspectiva de organização territorial da economia solidária está presente, sendo incorporado na Recomendação Nº 08 do Conselho Nacional de Economia Solidária, tanto no campo das diretrizes político metodológicas: “l) Considerar as perspectivas de desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental” (CNES, 2012 pág. 10); como no campo dos princípios do percurso formativo: “a) o território como ponto de

partida da imersão na realidade”. (CNES, 2012 pág. 11)

A própria construção do Plano Plurianual do Governo Federal 2012-2015 expressou com clareza a definição de incorporar a dimensão territorial como estratégia e opção metodológica de fortalecimento da Economia Solidária nas bases, ao definir a economia solidária como parte integrante do Programa Temático “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”, materializando-se posteriormente na política coordenada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária na forma de apoio a ações integradas de Economia Solidária em territórios rurais e urbanos.

Foram vários elementos que levaram governo e movimento a incorporarem a abordagem territorial como um dos caminhos para a economia solidária, dentre os quais destacamos: a adoção do Território como ponto de partida para imersão na realidade; a possibilidade de olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem é fundamental para acompanhar seus efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo; a possibilidade de ampliação das relações e lutas dos movimentos (campo-cidade, étnicos, ecologia, feminismo...); a ampliação das possibilidades de pactuação entre sujeitos, institucionalidades e políticas; dentre outros.

Todavia, fica ainda o desafio de aprofundar o debate sobre território e territorialidade para avançar na discussão da abordagem territorial para a implementação de políticas públicas de Economia Solidária.

A U Plenária Nacional de Economia Solidária define Território como:

“É um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção, que deve contemplar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais. [...] É onde se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. [...] É espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos”. (pág. 51)

A SENAES, por sua vez, assume território como “espaço físico, geograficamente definido, com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural, e as instituições políticas, e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

Do ponto de vista metodológico, tem-se buscado, no campo do movimento e no campo das políticas públicas, avançar em uma compreensão da abordagem territorial como uma metodologia de organização e fortalecimento dos processos de desenvolvimento que considera o território como unidade básica de formulação, implementação, articulação e monitoramento das políticas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Os desafios articulam-se em torno do reconhecimento do território e de

seus sujeitos prioritários, da constituição de instância de gestão social (colegiados territoriais) legítimos e da adoção de processos de planejamento do território, das redes/cadeias produtivas e arranjos institucionais e dos EES, bem como de instrumentos de materialização das prioridades.

Uma política de desenvolvimento territorial deveria, portanto, assumir um conjunto de diretrizes, tais como:

- Território como espaço socialmente construído;
- Abordagem territorial;
- Multidimensão do desenvolvimento;
- Diversidade de atores – gênero, etnia, geração e raça;
- Metodologias participativas e planejamento ascendente;
- Protagonismo e construção de alianças;
- Sinergia entre os vários níveis de governo;
- Articulação entre demandas sociais e ofertas de políticas públicas;
- Redução das desigualdades econômicas e sociais;
- Participação nas diversas instâncias colegiadas;
- Economia Solidária como estratégia fundamental para desenvolvimento em bases sustentáveis.

A partir desse levantamento das definições existentes no movimento e nas políticas públicas, a conferência temática compreende que esses conceitos de território e territorialidade estão em disputa permanente. A partir das articulações dos movimentos sociais, a exemplo da CONTAQ na provocação em relação à dinâmica territorial para a agricultura familiar, o Governo Federal criou estruturas e políticas que visam responder a essa questão, a exemplo da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT. Em 2008, a Economia Solidária passou a compor a estratégia de Desenvolvimento Territorial denominada Território da Cidadania. A construção do PPA em 2011 pautou a decisão de adotar políticas com abordagem territorial na Política Nacional de Economia Solidária e, em seguida, a SENAES passou a trazer isso para os editais, tendo como diferencial, em relação às políticas da SDT, o fato de não incorporar critérios e processos de homologação de territórios prioritários, por compreender que do ponto de vista da economia solidária diversas são as tipologias de espacialidades que podem ser entendidas como territórios de identidade.

No plano das conferências de Economia Solidária, essas questões também avançaram. A 1ª CONAES indicou, em 2006, a necessidade de ações afirmativas para os territórios, com enfoque para povos e comunidades tradicionais. A 2ª CONAES, em 2010, afirmou a necessidade de o percurso formativo perceber o

território como ponto de partida.

Fica para essa 3ª CONAES o desafio de explicitar uma concepção de território que assegure elementos fundamentais para a economia solidária, inclusive no que diz respeito à compreensão de território como espaço privilegiado de ampliação do exercício da autogestão. Além disso, aprofundar o debate sobre abordagem territorial, ou seja, os componentes metodológicos fundamentais para que as políticas de economia solidária superem a mera tendência de territorialização de ações e alcance a perspectiva de política de desenvolvimento territorial.

Há ainda outras questões fundamentais que precisam ser tratadas no contexto dos planos territoriais de economia solidária e sua relação no acesso a políticas públicas. Por exemplo: o quanto é importante estabelecer critérios que priorizem o direcionamento da política? Na mesma medida em que o Conselho Nacional discute o Cadastro Nacional dos participantes do Sistema de Comércio Justo e Solidário – CADSOL para o reconhecimento dos EES (para quem é prioritária a política), seria importante incorporar algum mecanismo para reconhecer priorização de espacialidades? Se sim, a partir de que critérios? Quais as consequências disso para a economia solidária? Quais vantagens e desvantagens para a economia solidária brasileira trabalhar com critérios de priorização de territórios?

Essas são questões que focam no MÉTODO de chegada das políticas de economia solidária nos sujeitos em suas realidades locais e para as quais esta Conferência Temática entende que o ambiente da 3ª CONAES é espaço privilegiado, senão de vencer essas questões, mas ao menos de amadurecer o olhar sobre as mesmas na busca de qualificar a ação das políticas públicas.

3. Balanço sobre avanços e desafios para a Economia Solidária nos temas da Educação e Autogestão na perspectiva do movimento e da política pública

As conferências nacionais de Economia Solidária têm representado um espaço para a afirmação progressiva da Economia Solidária como um modelo de desenvolvimento não-capitalista que se contrapõe ao modelo dominante no Brasil. Uma de suas características predominantes, o trabalho associado, traz em si os elementos centrais desse modelo: a propriedade coletiva, a cooperação e a autogestão. Dessa forma, a Economia Solidária configura-se como estratégia e política de desenvolvimento em uma perspectiva sustentável e solidária que se apoia nas dinâmicas territoriais.

Na medida em que a Economia Solidária vem se consolidando como uma política pública, observam-se algumas estratégias de fortalecimento direto

dos empreendimentos econômicos solidários e de sua articulação em redes, a exemplo das políticas de assessoramento técnico e de formação continuada. Diversas experiências de territorialização, a partir da articulação entre os próprios empreendimentos ou da provocação de políticas transversais, como a educação e o desenvolvimento agrário.

Há algumas lacunas que dificultam a consolidação da Economia Solidária como uma política pública permanente. Uma delas é a prática dos governos de apoio às ações por meio de editais, que não asseguram a continuidade nem a universalização dos processos de fomento, formação, assessoramento e articulação.

Outra, bem mais grave, é a precariedade na regulamentação dessa política nos diversos níveis, o que fragiliza a perspectiva de que seja assumida como uma política de Estado e não apenas como ação pontual deste ou daquele governo. Um exemplo dessa dimensão é a recente iniciativa governamental de vinculação, por meio do PL 865/2011, da Economia Solidária ao Ministério da Micro e Pequena Empresa. A resistência do movimento de Economia Solidária foi decisiva para impedir essa vinculação, que negaria a própria natureza do trabalho associado como princípio ordenador da Economia Solidária.

O movimento de Economia Solidária constituiu suas estruturas em âmbito nacional e estadual ao mesmo tempo em que a política de Economia Solidária foi sendo gestada no espaço público estatal. A instituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) deu-se simultaneamente à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, nos idos de 2003. De certa forma, pode-se declarar que a política de Economia Solidária e a SENAES surgiram da incidência do movimento.

A dinâmica da Economia Solidária buscou o empoderamento do movimento e, em especial, dos empreendimentos econômicos solidários como sujeitos ativos da construção da política pública, com base em sua experiência de construção da ES na prática cotidiana das pessoas e das comunidades.

Os encontros de empreendedores e da rede de educadores constituíram-se um marco de reafirmação do seu protagonismo e do trabalho como princípio educativo. A realização das conferências nacionais, em 2006 e 2010, impulsionou a discussão sobre as concepções e as práticas que situam a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento na perspectiva da autogestão e da cooperação.

No campo da educação, percebe-se uma convergência entre práticas de formação e de assessoramento técnico, que rompem com a visão de assistência como um fenômeno que se dá de fora pra dentro dos empreendimentos e dos movimentos.

Muito há por ser feito para que as lacunas sejam superadas. O fortalecimento da Economia Solidária pressupõe a combinação de muitos fatores, em nível dos próprios empreendimentos e de suas formas de organização e articulação, mas, igualmente, em nível das estruturas públicas que devem dar respostas efetivas à

regulamentação da política e à sua materialização em programas permanentes, com cofinanciamento contínuo.

Em sintonia com essa dinâmica de afirmação da Economia Solidária, os processos educativos foram decisivos para dar consistência e escala à atuação dos/as trabalhadores/as e das redes. O Grupo de Trabalho de Educação, criado em 2005, foi bem ativo para a animação do movimento de Economia Solidária.

Um dos frutos dessa articulação foi a Recomendação Nº 08/2012 do CNES com as diretrizes para a educação em Economia Solidária, tanto no campo da formação, quanto da assessoria técnica. Mais recentemente, a edição da Política Nacional de Educação Popular reafirma o caráter pedagógico da movimentação em Economia Solidária, além do esforço para que a educação formal incorpore conceitos e prática de Economia Solidária em sua proposta metodológica, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Outro avanço, presente nas discussões da U Plenária Nacional da Economia Solidária, é a articulação entre educação e cultura.

O amadurecimento da política pública de Economia Solidária no país é visível nos compromissos que os gestores públicos vêm assumindo frente às demandas dos empreendimentos econômicos solidários. Contudo, constata-se o despreparo do Estado para executar políticas públicas em Economia Solidária e a demasiada burocratização das políticas de fomento como PAA e PNAE. Há grande dificuldade de acesso aos recursos financeiros para a Economia Solidária e ausência do princípio de equidade nas ações governamentais.

No entanto, a 3ª CONAES ocorrerá em um contexto no qual se percebe que essa política ainda não está plenamente universalizada e regulamentada. Em muitos municípios, territórios e estados da Federação não existem instrumentos indispensáveis à consolidação da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Na maioria não se tem a regulamentação dessa política, nem a estrutura equivalente no poder executivo.

Dessa forma, em muitos casos, as iniciativas de fortalecimento da Economia Solidária são sustentadas pelas redes de cooperação solidária e/ou por entidades de apoio e fomento. Ao mesmo tempo, essa realidade convive com uma campanha sistemática de criminalização dos movimentos sociais e das organizações não governamentais quanto ao uso de recursos públicos em projetos e ações de interesse público. Todas as instituições da sociedade civil são lançadas em uma uala comum de malversação de recursos públicos.

É urgente que se avance na formulação e aprovação de um marco regulatório das relações entre o Estado e a Sociedade Civil que reconheça e valorize o papel das instituições não governamentais na construção, operacionalização e controle social das políticas públicas, em especial da Economia Solidária.

A 3ª CONAES é um espaço privilegiado para dar impulso a essa causa, contribuindo para que a sociedade e o poder público incorporem a compreensão de que as políticas públicas são fruto de uma contínua interlocução entre Estado

e sociedade.

3.1. Economia Solidária, Educação e Autogestão: avanços alcançados nos últimos anos

No exercício de identificação dos principais avanços ocorridos nos últimos anos nos temas educação em economia solidária, autogestão, território e abordagem territorial das políticas, os/as participantes desta Conferência Temática destacaram os seguintes elementos:

- O respeito ao saber local dialogando com a vivência das pessoas, não perdendo de vista a correlação de forças para ruptura.
- A SENAES vem ao longo do tempo em um esforço de pautar a agenda do movimento como prioridade nas políticas públicas.
- Existência de algumas políticas públicas e ações (Política “Mais Educação”, resolução 58, EJA, Pronatec e Pronacampo), mas não há políticas públicas consolidadas.
- As políticas públicas atendem, em parte, às concepções aspiradas pelo Movimento.
- Houve políticas de governo voltadas para a estruturação da organização, controle social, conselhos, que foram pautadas pelos movimentos de Economia Solidária.
- As políticas de Economia Solidária são espaços de ações e de conquista, mas hoje são vistos como concessões e não como conquistas.
- Os espaços de conferências são um marco dos últimos 10 anos, mas quantas deliberações estão de fato virando ações de governo?

3.2. Desafios ainda presentes para a Economia Solidária no campo da Educação e da Autogestão

No que se referem aos desafios, foram destacados:

- Os governos têm que priorizar a política de Economia Solidária, não se pode viver de “migalhas”, é necessário ampliar as ações de ES.
- É preciso fortalecer a SENAES e demais instâncias de apoio à Economia Solidária, para que tenham estrutura para atender todos os territórios.
- É preciso intensificar a participação dos atores no movimento de Economia Solidária e fortalecer o controle social.
- A Economia Solidária apresenta-se no local de forma setorial, o que cria

- dificuldade na execução de programas e projetos nos territórios e municípios.
- O governo federal precisa dar maior resposta às questões estruturais da Economia Solidária dentro da agenda política.
 - Necessidade de definição de legislação específica para a Economia Solidária.
 - A política de Assistência Técnica (ATER) apresenta diversas lacunas acerca dos entendimentos formativos para assessoria. Necessidade de ampliar a discussão acerca dos métodos e direcionamentos dessa metodologia no âmbito da Economia Solidária.
 - Fragilidade de políticas sustentáveis (descontinuidade das ações e programas) voltadas para as comunidades tradicionais.
 - No meio urbano não existe uma política de assessoramento técnico estruturada e adequada à realidade dos EES e demais sujeitos coletivos envolvidos com a Economia Solidária.
 - O movimento precisa pensar a concepção, mas também o desenho, a estrutura e as estratégias das políticas, de forma estruturante.
 - Necessidade que os instrumentos existentes (centros públicos, incubadoras territoriais etc.) traduzam em sua concepção a prática da autogestão, da educação emancipatória e da territorialidade e que se articulem entre si.
 - Necessidade de se estabelecer um Marco Legal que garanta uma política de Estado e sobre projetos de ações integradas que superem a fragmentação das ações por meio de editais.
 - O novo modelo do PAA e PNAE está tornando quase impossível para o pequeno produtor cumprir com as solicitações burocráticas para estabelecer parcerias com o governo. Os modelos de produtividade são verticais, sem diálogo com a comunidade.
 - As diferentes regiões, territórios e territorialidades necessitam de políticas públicas específicas para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, como as comunidades indígenas, que sempre recebem políticas públicas verticais.
 - Desburocratização dos processos de regulamentação sanitária.
 - Há reivindicações antigas e bem específicas que não foram satisfatoriamente atendidas, como: acesso a crédito, comercialização e infraestrutura, tributação diferenciada, recursos para capital de giro.
 - Ainda falta clareza em relação às consequências, a longo prazo, das políticas públicas, pois podem causar empoderamento ou dependência.
 - A integração das ações dos editais deve começar antes e não depois que forem lançados. As políticas públicas não devem ser segmentadas, pois, enquanto elas forem assim, não se construirá outro modelo de desenvolvimento.
 - A política de editais é insuficiente, é necessário uma política de Estado, de

forma que seja um direito que não possa ser negado.

- Há necessidade de consolidar a Lei Nacional da Economia Solidária.
- Falta muita apropriação da política pública, a impressão geral é que há pouca comunicação e que a base do movimento não tem sequer conhecimento das discussões que envolvem a construção e implementação das políticas.
- Necessidade dos EES se mobilizarem na realização de “encontros de empreendimentos”.
- A Economia Solidária não é uma política estruturante. O Estado continua sendo capitalista e tem outro projeto de sociedade. Por vezes, concede espaços de participação.
- A educação tem um papel fundamental na construção da cidadania, do protagonismo. Mas, continua sendo para manutenção do status quo.
- A assessoria técnica precisa ser contextualizada e politizada. Uma educação continuada, que projetos de governo com um tempo limitado não dão conta.
- A rede de educadores continua na pauta do movimento e nas diretrizes da política de educação da Economia Solidária, mas houve redução da sua importância por parte da política pública, não havendo ações diretas para seu fortalecimento.
- A sistematização como possibilidade de produção do conhecimento a partir do chão do trabalho associado, sua metodologia precisa ser mais apropriada pela Economia Solidária.

4. Proposições da Conferência Temática para a construção dos Planos de Economia Solidária

Sabemos que a elaboração de um Plano de Economia Solidária é uma tarefa bastante complexa, pois envolve um grande número de articulações e interfaces com diversas políticas e práticas.

Porém, partimos do pressuposto que a construção desses planos precisa respeitar a realidade, as experiências e práticas dos sujeitos da Economia Solidária tendo como horizonte uma abordagem territorial coerentes com os princípios e bandeiras de luta do movimento da economia solidária.

Portanto, a educação em economia solidária requer especial atenção e na construção dos planos é preciso ter como base as diretrizes políticas e metodológicas para educação em economia solidária contidas na recomendação nº 8 de 04 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS
<p>1. Educação em economia solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar formação para os gestores e agentes de políticas públicas dos territórios. • Realizar formação de “Agentes de Desenvolvimento Territorial”. • Promover formação e assessoria técnica para os empreendimentos. • Realizar qualificação profissional de acordo com a proposta do movimento de Economia Solidária. • Educação Popular com foco na autogestão. • Realizar formações com base nos princípios da Economia Solidária. • Ter assessoria técnica feita por trabalhadores de economia solidária. • Ampliar formações sobre marco jurídico, contabilidade, planejamento e comercialização. • Garantir saneamento básico, saúde e cultura. • Promover a inclusão digital. • Ampliar o acesso a recursos para trabalhadores/as desenvolverem atividades de assessoria técnica e formação com outros empreendimentos. • Implementar o PRONATEC da Economia Solidária (com estrutura específica). • Apoiar a constituição, fortalecimento, ampliação dos espaços prestadores de serviço de assessoramento técnico (Bases de Serviço, Centros Públicos, Incubadoras Tecnológicas, Incubadoras Públicas e outras). • Promover a formação continuada dos técnicos. • Apoiar a articulação em redes territoriais, estaduais, nacional dos espaços de assessoramento técnico (bases de serviço, centros públicos, incubadoras etc.). • Elaboração e implementação de uma estratégia nacional de assessoramento técnico em economia solidária.

<p>2. Incorporação da temática da Economia Solidária na educação formal (da educação pré-escolar a educação universitária).</p>	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar cursos em nível superior de graduação e pós-graduação em economia solidária.• Incorporar a educação popular na educação não formal.• Promover ações de educação popular.• Implementar ações de elevação da escolaridade dos trabalhadores/as da Economia Solidária.• Fomentar iniciativas de educação para o consumo sustentável e solidário em todos os níveis da educação formal (três níveis).• Oferecer condições para o mapeamento de experiências da Economia Solidária na educação formal (três níveis).• Promover condições para a criação de cursos técnicos/tecnológicos e de graduação em gestão em Economia Solidária, licenciatura em Economia Solidária.• Introduzir a temática da Economia Solidária junto nas disciplinas referente à Educação de Jovens e Adultos nos cursos de pedagogia (três níveis).• Criar programas e ações que assegurem a incorporação de conteúdos e materiais pedagógicos específicos de economia solidária nos conteúdos e metodologias das políticas de educação (ensino fundamental, médio e superior).
---	---

<p>3. Incorporação da Economia Solidária nos processos educativos do campo.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Articular junto ao MEC recursos para implantação de ações balizadas na educação popular libertadora para autogestão no campo (Federal)• Viabilizar junto ao MDA apoio para ações de formação para autogestão tendo como referência a Pedagogia da Alternância no Campo (Federal)• Identificar experiências de formação para autogestão nos empreendimentos da Economia Solidária para difundi-los no campo (três níveis).
<p>4. Fortalecimento da Educação Profissional, Política e Tecnológica para os diversos sujeitos da Economia Solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Apoiar processos de apropriação de conhecimentos técnicos para atividades produtivas dos EES, bem como da gestão dos mesmos.• Apoiar o desenvolvimento, apropriação e disseminação de tecnologias sociais adequadas a Economia Solidária.• Implementar um Programa de Educação Profissional e Tecnológico específico para o fortalecimento da economia solidária (PRONATEC da Economia Solidária).• Fortalecer a Pedagogia da Alternância: 1)Tempo de Estudo; 2)Trabalho comunitário/Assessoria técnica.

<p>5. Fortalecimento da articulação, mobilização e organização da Economia Solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Realizar formação para oportunizar a articulação entre os movimentos sociais;• Promover a formação a partir do local.• Reconhecer, validar e certificar os saberes dos trabalhadores/as da Economia Solidária.• Promover atividades de educação à distância.• Construir materiais de Economia Solidária acessíveis em Braille e realização de interpretação em Libras.• Realizar campanhas educativas para a sociedade: meio ambiente, sustentabilidade, energias renováveis e contra os agrotóxicos.• Implementar programas e ações de visibilidade das práticas da economia solidária nos vários eixos da plataforma do movimento (produção/comercialização/ consumo, finanças solidárias, educação em economia solidária, marco legal)• Incentivar a divulgação e promoção das experiências.• Divulgar experiências de diferentes iniciativas econômicas solidárias e do movimento de Economia Solidária (três níveis).
<p>6. Articulação de ações de educação em Economia Solidária com ações em educação de outros movimentos sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar formação em educação popular em conjunto com outros movimentos (três níveis).• Fomentar intercâmbio entre educadores dos diferentes movimentos (três níveis).• Formação em ES para os movimentos sociais e a sociedade, nos territórios como um todo.

<p>7. Fortalecimento das redes locais de educadores/as em Economia Solidária</p>	<ul style="list-style-type: none">• Promover a formação continuada dos educadores/as que atuam com Educação de Jovens e Adultos – EJA em Economia Solidária (três níveis).• Articular as redes de educadores/as com as diversas ações de formação em Economia Solidária (três níveis).
<p>8. Sistematização das práticas autogestionárias e dos conhecimentos populares na Economia Solidária</p>	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar iniciativas e o desenvolvimento de metodologia de sistematização coletiva de experiências de Economia Solidária (três níveis).• Fomentar processos de intercâmbio de experiências, saberes e práticas autogestionárias (três níveis).• Promover a formação para sistematização.• Realizar sistematizações dos saberes;• Implementar programas e ações de incentivo às experiências existentes.
<p>9. Desenvolvimento de tecnologias livres e adequadas aos EES.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Financiamento de pesquisa e tecnologia social aplicadas à Economia Solidária pelo CNPQ, FINEP, Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa (Estadual e Federal).• Formação de educadores para o uso de tecnologias sociais (três níveis).• Promover articulação entre pesquisadores, gestores de Ciência e Tecnologia e movimento de Economia Solidária sobre fomento a tecnologias sociais livres (três níveis).• Abrir editais para o desenvolvimento de softwares livres para gestão do EES (três níveis).• Desenvolver ferramentas para a Economia Solidária dentro das necessidades dos empreendimentos.

<p>10. Articulação e integração das diferentes políticas públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Promover políticas públicas nos princípios da educação popular (democrática, participativa etc.).• Fortalecer espaços de controle social das políticas públicas.• Fortalecer as estratégias dos CFES a partir do local e estadual (três níveis)• Criar plano nacional, estadual, territorial, local de formação e assessoramento técnico em Economia Solidária (três níveis).• Fortalecer a abordagem territorial nos processos de planejamento das políticas públicas para a Economia Solidária.• Fomentar iniciativas para o desenvolvimento da metodologia de abordagem territorial no planejamento das políticas públicas (três níveis).• Fomentar a implantação e sistematização da metodologia de planejamento territorial das políticas públicas para Economia Solidária (três níveis).• Promover o reconhecimento dos territórios da Economia Solidária.• Articulação da Economia Solidária com o conjunto de Políticas de Educação no contexto nacional, estadual, territorial (PRONERA, EJA, EDUCAÇÃO DO CAMPO etc.).
--	---

5. Institucionalidade necessária para suporte aos Planos

Na elaboração e implementação dos Planos de Economia Solidária, cujo tema da Educação e Autogestão figura como um dos eixos estratégicos, os e as participantes da presente Conferência Temática entendem como fundamental a definição de um adequada institucionalidade para a gestão dos mesmos, apontando os seguintes elementos a serem aprofundados no percurso da 3ª CONAES:

- Constituição de instâncias territoriais para gestão das políticas de Economia Solidária, garantindo continuidade e a presença de quem está trabalhando

com educação.

- Inclusão dos eixos propostos nas políticas públicas de Economia Solidária nas esferas municipais, estaduais e nacional;
- Promoção de condições para elaboração de leis municipais, estaduais e nacional, considerando um Sistema Nacional de Economia Solidária.
- Fortalecimento dos conselhos de Economia Solidária e sua intersectorialidade com os demais conselhos (educação, saúde, juventude...).
- A implementação das ações não pode ser por projetos lineares e estanques para cada ação, nem por editais verticalizados que não levem em conta as especificidades e realidades locais que são diversificadas.
- Constituição de mecanismos de articulação de políticas públicas no Território local e nacional.
- Os projetos têm que dialogar nos territórios, a partir da metodologia de abordagem territorial. Para tanto, é preciso que no ambiente da 3ª CONAES a sociedade civil e os governos aprofundem a abordagem territorial e os mecanismos previstos na mesma para a chegada das políticas nos territórios para superar tendência de mera territorialização de ações e aproximar-se da perspectiva de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.
- Reafirmação dos atores e papéis sinalizados na Recomendação nº 08 do CNES, com a observação de que se considerem os diferentes níveis dos mesmos:
 1. Conselhos (municipais, estaduais, nacional);
 2. Secretarias e órgãos de gestão das políticas de Economia Solidária (municipais, estaduais, nacional);
 3. Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAF's);
 4. Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's);
 5. Instituições de ensino médio e superior.

6. Recomendações Gerais da Conferência Temática para as conferências estaduais e nacional

Finalmente, esta Conferência Temática aponta como recomendações importantes para a 3ª CONAES em suas etapas estaduais e nacional:

- Que as demais Conferências temáticas nacionais assegurem o debate sobre território, territorialidade e abordagem territorial da política.
- Que sejam garantidos espaços de discussão da questão territorial nas conferências estaduais e na etapa nacional, sobretudo no que se refere a avançar na definição ou aperfeiçoamento da abordagem territorial enquanto

- método de organização e implementação das políticas públicas no Território.
- Que a Conferência de catadores tenha a participação de outros setores produtivos.
 - Que a Conferência Nacional tenha um espaço de debate entre os EES (empreendimentos econômicos solidários) dos diversos segmentos.
 - Que a 3ª CONAES considere o debate sobre o impacto da relação entre Estado e sociedade sobre a política de economia solidária, especialmente em função da tendência de criminalização das ONGs. Fato que atinge diretamente o desenvolvimento da Economia Solidária uma vez que na realidade brasileira as ONGs foram as organizações que mais acumularam nas concepções e metodologias de fomento à Ecosol.

7. Moções aprovadas na Conferência Temática

Moção de descontentamento quanto à ausência de representação dos povos tradicionais e quilombolas

Considerando que o Movimento Nacional de Economia Solidária é um espaço que congrega e acolhe todos os segmentos da sociedade civil e política, respeita e valoriza a diversidade de povos, culturas e vivências locais, na mesma medida em que esta diversidade fortalece e enriquece o próprio Movimento de Ecosol no Brasil, registramos nosso descontentamento quanto a ausência nesta Conferência Temática das representações dos povos indígenas e quilombolas, conforme capítulo III do Regimento interno dessa conferência, no que se refere a orientação para que as instituições garantissem em seus participantes, a distribuição de vagas para povos indígenas e quilombolas. E a necessidade de proposição de políticas públicas para estas populações.

Nota Pública da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão em repúdio a não realização da CONAE 2014 e sobre a tramitação do PNE no Congresso Nacional

Os participantes da CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO reunida em Brasília, dos dias 11 a 13 de março de 2014, vem a público repudiar o cancelamento da 2ª Conferência Nacional de Educação numa atitude unilateral do Ministério da Educação (MEC). Consideramos tal fato lastimável diante do saudável processo de mobilização social e participação popular ocorrido nos municípios brasileiros através das conferências livres, intermunicipais, micro e macrorregionais e que resultaram nas etapas estaduais

no ano de 2013.

Assim, foram realizadas democraticamente milhares de conferências municipais, intermunicipais, conferências livres, mobilizando milhões de participantes oriundos dos segmentos que compõem a comunidade escolar, a saber, estudantes, educadores, pais/mães ou responsáveis legais e gestores, além de movimentos sociais, órgãos e organizações da sociedade civil.

Quando a Conae 2014 é adiada para evitar o seu cancelamento *ad infinitum*, avaliamos que o que se adia é a participação popular prevista constitucionalmente.

Assim, consideramos prioridade o fortalecimento do Fórum Nacional de Educação (FNE), como também a articulação com as redes de fóruns estaduais e municipais, como órgãos de Estado. Nesse sentido, consideramos imprescindível a consolidação de propostas que possam garantir a autonomia em todas as suas dimensões, incluindo a política e a financeira.

Nossa indignação com a postergação da CONAE 2014 se deve ao aspecto prejudicial para a criação das condições de mobilização social e participação popular, vinculadas à tramitação do novo PNE no Congresso Nacional, onde deveríamos estar no período de 17 a 21 cumprindo nosso papel político de monitorar e pressionar a efetividade das deliberações da CONAE-2010, para o novo PNE, preservando as conquistas no âmbito da Educação de Qualidade Social construídas na referida Conferência.

Nossas organizações e movimentos manifestam também a enorme preocupação com o processo de tramitação do Plano Nacional de Educação e com os grandes retrocessos para a educação pública, decorrentes da última votação no Senado Federal, realizada no dia 17 de dezembro de 2013.

Nossa expectativa é que a volta do documento à Câmara Federal supere estes retrocessos, retome conquistas importantes obtidas no texto aprovado anteriormente pela Câmara e possa avançar ainda mais no que se refere às agendas de nossos movimentos para a educação em Economia Solidária.

É fundamental que a Câmara Federal leve o Plano Nacional de Educação a ser mais ousado na superação de desigualdades e na promoção efetiva dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental. Um Plano de Estado que esteja sintonizado com as deliberações aprovadas na Conferência Nacional de Educação de 2010 e com os imensos desafios do país. Nesse sentido, nos somamos a todos os movimentos sociais, organizações, sindicatos, fóruns e entidades de pesquisa que lutam pelo estabelecimento do Sistema Nacional de Educação, pela Valorização efetiva das e dos Profissionais de Educação, pela implementação do Custo Aluno Qualidade e pela Gestão Democrática em Educação (pública e privada).

Nesse momento, consideramos estratégico o fortalecimento dos fóruns de educação (municipais, estaduais e nacional) como instâncias responsáveis pela construção, revisão e avaliação participativas e democráticas dos Planos

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

Decenais de Educação, uma vez que estes Planos estarão ainda mais em foco após a aprovação do Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional.

É hora de somar forças por uma educação pública de qualidade para todos e todas que promova os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental, superando as desigualdades sociais, econômicas, raciais, étnicas, de gênero, sexuais, etárias, entre campo/florestas/cidades, territoriais, e aquelas enfrentadas pela que implementam a Educação em Economia Solidária. Queremos mais para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos de nosso país!

Queremos que nossa participação seja “pra valer” e que a Conae 2014 contribua efetivamente para que avancemos rumo a uma maior democratização da educação brasileira.

Diante do exposto, a CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO conclama todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o fortalecimento do processo de construção coletiva da Conae 2014 no ano de 2013, a manter a mobilização e fortalecer os mecanismos de participação popular estruturando uma agenda política estadual de mobilização social e participação popular para contribuir com a luta nacional por um novo PNE efetivamente vinculado as deliberações expressas no documento-final da CONAE 2010.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária
Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão



**3ª Conaes
Conferência
Nacional de
Economia
Solidária**

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários

Documento Final

Brasília/DF

Abril/2014

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

Apresentação

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Para a economia solidária esses momentos são essencialmente importantes, já que um de seus pressupostos é a construção coletiva entre Estado e sociedade. Sabemos que a consolidação da economia solidária como política pública é resultado da luta social articulada aos esforços de fortalecimento dos espaços dentro dos órgãos governamentais.

Nesse processo de construção participativa da economia solidária no Brasil já foram realizadas duas Conferências Nacionais (CONAES) com os temas: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento (2006) e Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável (2010). Nesses encontros foi possível afirmar a identidade da economia solidária, assim como reconhecer o direito do trabalho associado e o fomento e fortalecimento de políticas públicas com essa finalidade.

Caminhamos agora para a construção da III CONAES, que ocorrerá de 26 a 29 de novembro de 2014 em Brasília/DF, e terá como objetivo dar um passo importante na consolidação da economia solidária como política pública. Com o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável” coloca-se o desafio da construção de um plano nacional de economia solidária. Um plano nacional é um instrumento de orientação da política pública, elaborado a partir da análise do contexto atual e da projeção de um futuro desejável, que norteiam a definição de estratégias e prioridades na formulação de projetos e ações.

Para que o plano corresponda às necessidades dos empreendimentos e iniciativas de economia solidária de todo o país, serão realizadas conferências preparatórias temáticas, municipais, estaduais e territoriais, que terão como objetivo elaborar planos e propor diretrizes para serem discutidas na Conferência Nacional.

Destaca-se que no processo da II Conferência Nacional de Economia Solidária foi realizada a I Conferência Temática de Comercialização Justa e Solidária. A presente Conferência Temática retoma os acúmulos desta conferência na perspectiva da construção de um plano nacional para a economia solidária, abordando com mais ênfase a questão da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários a partir da organização da Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

É neste âmbito que se realiza, nos dias 28 a 30 de Abril, a Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários em Brasília, no Ministério do Trabalho e Emprego, reunindo representantes do poder público e das redes e empreendimentos econômicos solidários que estão

construindo no seu dia a dia estas estratégias de sustentabilidade.

1. Introdução: Economia Solidária e Sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável é um desafio colocado em questão na agenda mundial. Diversos esforços vêm sendo empreendidos para que os padrões e proposições de desenvolvimento econômico levem em conta os impactos sociais e ambientais, desta forma propiciando uma visão integrada dos processos de desenvolvimento em curso.

Neste sentido, a economia solidária oferece uma contribuição direta à construção de outro modelo de desenvolvimento pensado em suas múltiplas dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico solidário e as práticas da economia solidária pressupõem a existência de coesão social, forte organização territorial, redução das desigualdades, respeito às diferenças, de forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sócio-política de territórios e comunidades.

Conforme afirmação presente da I CONAES:

“Na construção de um modelo de desenvolvimento, a Economia Solidária organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade.”

A importância da abordagem territorial também já foi bem definida nas Conferências Anteriores:

“Na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, endógeno e solidário, deve-se ampliar o conhecimento sobre processos e redes produtivas da Economia Solidária e envolver os atores territoriais, sobretudo aqueles oriundos de comunidades e povos tradicionais. Faz-se necessário desenvolver diagnósticos e construir novos indicadores socioeconômicos, medindo os impactos da economia solidária e estimulando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais com base em planejamentos territoriais. Estes estudos e debates devem servir também como instrumento estratégico de confronto com a implantação dos grandes projetos insustentáveis na região”.

Estando consolidado este entendimento de que as práticas da economia solidária contêm princípios e valores que apontam e contribuem para a construção de um outro modelo de desenvolvimento, ancorado na sustentabilidade, resta como grande desafio da economia solidária, conforme indica o texto base da III CONAES:

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

“O de ser inserida nas estratégias nacionais de desenvolvimento. Para tanto, os esforços realizados nos últimos anos estão direcionados a duas estratégias principais:

a) Dialogar com os demais movimentos sociais que atuam na sociedade para que insiram a economia solidária como elemento fundamental em suas estratégias, aderindo efetivamente às iniciativas econômicas solidárias como modelo de organização econômica e afirmando a economia solidária nos seus discursos propositivos e de reivindicação no diálogo com o Estado e com outras organizações da sociedade. Esta tarefa tem sido assumida, sobretudo, pelo movimento organizado da economia solidária no Brasil.

b) Incidência na formulação e execução de políticas públicas, a começar pelas políticas que tratam do desenvolvimento local, territorial e regional, além daquelas políticas de superação das desigualdades sociais e regionais, afirmando a economia solidária como o caminho para a sustentabilidade do desenvolvimento. Alguns passos foram dados nesse sentido, na formulação do Plano Plurianual 2012 – 2015 do Governo Federal. Neste sentido, no Plano Plurianual 2012 a 2015 a política pública de economia solidária se integra plenamente às orientações estratégicas e prioridades do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais por meio do resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza e da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Para tanto, pretende-se fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir o acesso a investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias.”

No direcionamento das políticas públicas de economia solidária, destaca-se a importância de fornecer condições de sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários (viabilidade econômica, exercício da democracia interna, inserção territorial, responsabilidade com o meio-ambiente), de forma que estes possam consolidar-se como testemunhos da capacidade de contribuição da economia solidária para as estratégias de desenvolvimento do país.

Entende-se, portanto, que a construção da sustentabilidade dos empreendimentos depende de uma série de fatores e condições que um empreendimento de economia solidária, isolado, não tem condições de resolver. Nessa perspectiva, destaca-se a importância do fortalecimento e das ações direcionadas à produção, comercialização e consumo. Como já destacado na última conferência:

(...)96. A comercialização é um dos espaços para construção do projeto político de outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e de justiça social. A prática dos princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário contribui para o fortalecimento de uma identidade coletiva e para a inserção social de grupos e pessoas que se reconhecem excluídas do modelo capitalista. A organização social dos grupos é fundamental para que a comercialização solidária seja possível e fortalecida.

A importância da atuação na esfera da comercialização para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos justifica-se pela tendência, natural do mercado, de gerar concentração no número de vendedores (oligopólios) e compradores (oligopsônios), e de ocasionar uma redução progressiva do

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

valor agregado da produção. Pode-se adicionar a esse rol a tendência geral verificada nos mercados de massa para que os contratos de fornecimento sejam estabelecidos com vendedores que têm elevada capacidade de oferta visando à redução de custos de transação.

Todos os aspectos acima mencionados resultam em um elevado desequilíbrio de poder nas cadeias produtivas implicando em uma capacidade de barganha cada vez menor dos produtores e, ainda mais reduzida, daqueles que possuam uma escala de operação pequena. Essa situação tem levado a que varejo e transformadores exerçam uma elevada pressão sobre as margens de comercialização da produção primária. Isso implica na necessidade de aumento compensatório de escala de produção, que, por sua vez, resulta na inviabilização econômica de um elevado número de unidades de produção. Trata-se de processo que ocorre freqüentemente com os empreendimentos econômicos solidários.

2. Balanço: um olhar sobre os avanços e desafios para a Economia Solidária no Tema da Sustentabilidade nos últimos anos

O desafio da Sustentabilidade, sobretudo na perspectiva dos EES, foi abordado em 2010, quando da realização da I Conferência Temática de Comercialização Solidária que avançou na proposição de ações organizadas em eixos prioritários compondo uma estratégia de comercialização solidária.

2.1. Um olhar sobre os PRINCIPAIS AVANÇOS:

Considerando as reflexões registradas nas Conferências Nacionais e outros eventos anteriores a esta Conferência Temática, foi possível identificar os seguintes elementos considerados avanços nos últimos anos:

Eixos: Afirmar os princípios e critérios de uma relação de Comercialização Justa e Solidária; Fortalecer a identidade dos produtos e serviços da Economia Solidária em cadeias de comércio justo e solidário; Comunicar e sensibilizar a sociedade brasileira para os benefícios da Economia Solidária

- Destaque para a publicação do Decreto 7358/2010, que institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, com a implementação de sua Comissão Gestora Nacional do SCJS.
- Implementação da Comissão Gestora Nacional e aprovação no Conselho Nacional de Economia Solidária das portarias recomendadas de regulamentação do SCJS.

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

- Realização de um trabalho com 150 EESs para consolidação dos princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário.
- Realização, no Brasil, da Semana Mundial de Comércio Justo e Solidário.
- Realização dos Seminários de Diálogos e Convergências com outros movimentos sociais.

Eixos: Utilizar o poder de compra do Estado para o fortalecimento da Economia Solidária; e Favorecer a circulação formal de produtos da Economia Solidária

- Manutenção do PAA e PNAE como instrumentos fundamentais de acesso dos EES às compras públicas.
- Ainda que tenha se avançado pouco neste eixo foi vencido um pré-requisito fundamental com a construção do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários.
- Um grande avanço para favorecer a circulação formal dos produtos da economia solidária foi o programa de Inclusão Produtiva com Vigilância Sanitária, reconhecendo os empreendimentos de economia solidária com receita bruta anual de até R\$3.600.000,00 Reais como sujeitos de procedimento simplificado de vigilância sanitária, conforme Resolução ANVISA/DC Nº 49 DE 31/10/2013.

Eixos: Formar e estruturar EESs para a comercialização solidária; Garantir acesso aos produtos e serviços da Economia Solidária através da aproximação de produtores e consumidores; e Promover a Integração Econômica

- Articulação e construção da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável.
- Articulação e construção de uma Rede Nacional de Pontos Fixos da Economia Solidária.
- Apoio e fortalecimento a Organização de diversas Redes de Cooperação Solidária no Brasil, compreendendo ações de integração entre econômica entre empreendimentos e destes com empreendimentos de fora.

Ainda como avanço, é importante destacar a publicação da Recomendação No 01 de 19 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Economia Solidária, que recomenda o Termo de Referência contendo princípios e diretrizes político-metodológicas para orientar a Política Nacional de Comercialização Justa Solidária, sistematizando eixos, componentes e programas prioritários da política.

2.2. Um breve olhar sobre os PRINCIPAIS DESAFIOS:

Tomados o conjunto dos eixos de ação apresentados, percebe-se que restam alguns desafios importantes, tais como:

- Pouco se avançou na divulgação da identidade, dos valores e princípios contidos nos produtos e serviços da economia solidária, especialmente na sua divulgação para o público em geral;
- Ainda há um grande desafio de proporcionar maior escala de demanda e compra de produtos e serviços da economia solidária, neste sentido verifica-se a importância da construção de estratégias de consolidação de mercados institucionais socialmente orientados para a compra de produtos e serviços da economia solidária; A interação com grandes compradores institucionais é inevitável geradora de tensão, a política pública deve servir também para contrabalancear as diferenças no poder de barganha;
- Implementar de forma efetiva uma política de compras públicas para os produtos da economia solidária;
- No âmbito das estratégias de comercialização já colocadas em prática, apesar dos avanços na integração entre elas permanece o desafio de fortalecer mecanismos de integração econômica através de mecanismos de logística, de fomentar o diálogo com o público consumidor.

3. Elementos para uma Visão de Futuro na perspectiva da construção da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Considerando o acúmulo da construção deste último período, as oportunidades colocadas pelos avanços conquistados, as limitações dadas pelos desafios encontrados considera-se que uma série de estratégias podem ser implementadas para promover a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Promover o sucesso econômico dos empreendimentos na perspectiva de sustentabilidade requer, de um lado prepará-los para disputar o mercado com melhores condições de produção e comercialização, através do apoio na infraestrutura, organização da produção e financiamento para compra de matérias-primas. De outro lado requer ações de incidência sobre os padrões de consumo (dos indivíduos, das empresas, das organizações da sociedade civil e do governo), de forma a promover a valorização dos produtos da economia solidária pela sociedade.

Nessa perspectiva, destacam-se quatro linhas principais de atuação:

1. A primeira diz respeito ao oferecimento de apoio para o desenvolvimento da capacidade produtiva dos empreendimentos.

- Este apoio compreende a realização de estudos e planejamentos no nível dos empreendimentos e dos encadeamentos produtivos e redes de cooperação, que possibilitem a formulação de projetos de melhorias. Destaca-se ainda a importância do direcionamento dos estudos e pesquisas realizados no PRONINC para atender as necessidades dos empreendimentos no âmbito da produção, comercialização e consumo.
- O processo de elaboração participativa desses planejamentos pressupõe o apoio das Bases de Serviço de Comercialização na realização dos processos de assessoramento técnico e a necessidade da realização de processos formativos que estejam integrados com o Centro de Formação em Economia Solidária (CFES).
- Compreende ainda, e de forma prioritária, o oferecimento de possibilidades concretas de financiamento para por em práticas esses planos de melhoria e de encadeamentos, suprindo os empreendimentos com a infra-estrutura e o capital-de-giro necessário ao seu desenvolvimento. Destaca-se, no âmbito deste financiamento, o papel que devem ter os bancos públicos no oferecimento de linhas de crédito para os empreendimentos, e a necessidade de que as políticas públicas façam integrar o campo das finanças solidárias (bancos, fundos rotativos e cooperativas de crédito) com as necessidades da produção, comercialização e consumo dos empreendimentos.
- Destaca-se especialmente, a necessidade de oferecer maior apoio às possibilidades de criação de empreendimentos econômicos solidários que disponham de estrutura produtiva através da construção de uma ambiência jurídica que favoreça a recuperação de empresas pelos trabalhadores;

Reforçada a capacidade produtiva dos empreendimentos destaca-se a importância da elaboração de estratégias de fortalecimento da proposta da economia solidária junto aos atores de mercado:

2. É uma necessidade transversal a construção e o fortalecimento de uma identidade comum dos produtos da economia solidária, que seja facilmente reconhecida pelo governo e pela sociedade em geral, de forma a fortalecer o conteúdo e os valores diferenciados da economia solidária.

- Para isto faz-se de grande importância a normatização e implementação

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Para o desenvolvimento desta construção serão necessários os seguintes passos: federalização a partir da construção das comissões estaduais de certificação, cadastro e informação que serão responsáveis por reconhecer os empreendimentos de economia solidária e articular junto ao poder público a construção dos Sistemas Estaduais de Comércio Justo e Solidário.

- A ênfase na comunicação da economia solidária para a sociedade pressupõe ainda a necessidade da realização de campanhas nacionais e territoriais de promoção dos valores e princípios dos produtos da economia solidária.

Considerando as ações transversais de estruturação da capacidade produtiva dos empreendimentos e de promoção e divulgação da identidade dos produtos da economia solidária configuram-se duas ações estratégicas diferentes e complementares no campo da efetiva abertura e promoção dos canais de comercialização para os empreendimentos de economia solidária.

3. Uma dessas estratégias enfatiza a construção dos circuitos curtos de comercialização (assim entendidos aqueles compreendendo pequenas distâncias geográficas quanto aqueles com pequeno número de atravessadores no processo), através do apoio à Estruturação de Espaços de Comercialização Solidária.

- Esta estratégia reconhece as práticas que já vem sendo desenvolvidas pelos empreendimentos de economia solidária, com a construção de diversas experiências espalhadas pelo país voltadas para favorecer a comercialização direta de produtos e serviços através da organização de espaços de comercialização solidária como feiras, lojas, centros públicos, grupos de consumidores responsáveis, entre outros, sendo que parte destas experiências se organizam em redes, ou seja, possuem maior escala social e econômica.
- É notória a necessidade de qualificar as experiências existentes e fomentar a estruturação de novos espaços de comercialização justa e solidária, além de construir uma articulação entre eles. Esta articulação deve ocorrer tanto no plano comercial, com o intercâmbio de produtos e serviços a partir de uma organização logística quanto no plano da construção de uma identidade e estratégia comunicacional integrada, capaz de reafirmar os conceitos e princípios da economia solidária ao passo que respeitam as identidades locais.
- Destaca-se ainda que os circuitos curtos pressupõem um fomento à diversidade produtiva dos empreendimentos e à integração das atividades no território através da articulação em Redes de Cooperação Solidária, elementos que contribuem para os processos de desenvolvimento sustentável.
- Por fim, é importante destacar que a ênfase nos circuitos curtos não significa descartar a necessidade de ações para fortalecer a inserção dos

empreendimentos no mercado convencional, especialmente considerando-se as especificidades dos segmentos de catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares e mesmo algumas categorias de artesãos e artesãs que necessitam lidar com redes de distribuição formadas por grandes atacadistas e varejistas.

4. Outra estratégia enfatiza a articulação e organização de um Mercado Institucional para os produtos da Economia Solidária formado por grandes compradores tais como Instituições Religiosas e do Terceiro Setor, Sindicatos, Empresas, além do próprio Setor Governamental, além da demanda dos próprios empreendimentos econômicos solidários.

- Esta estratégia tem como principal mote assegurar uma demanda constante em escala considerável para que os empreendimentos possam estruturar sua produção e alcançar novos patamares de produtividade e regularidade de oferta que lhe permitam competir em pé de igualdade no mercado convencional. Para atingir esse nível, mapeada a demanda faz-se necessário oferecer qualificação profissional e preparação dos empreendimentos para que estes possam atender essa demanda (inclusive a partir da fabricação de novos produtos), de forma articulada a políticas públicas como PRONATEC e ACESSUAS, além de organizar a logística necessária para garantir a entrega regular dos produtos.
- No que se refere especialmente aos mercados institucionais formados pelas compras públicas, destaca-se em primeiro lugar a necessidade de construção de ambiência jurídica favorável e o suporte necessário para a efetivação das compras pelo poder público. Destaca-se ainda a necessidade de aprimorar os processos de compras públicas que hoje são direcionados para os agricultores familiares. Neste sentido propõe-se transformar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em política de Estado e aprimorar o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de forma a ampliar os procedimentos de fiscalização do seu cumprimento pelos municípios, facilitar o acesso dos produtores e construir caminhos jurídicos para a compra de produtos da economia solidária não-alimentícios e alimentos processados.
- No tocante especificamente ao mercado formado pelos próprios empreendimentos econômicos solidários, destaca-se a importância de fomentar a realização de trocas entre os próprios empreendimentos através do aprimoramento dos sistema de informação já existentes como o Cirandas.

Por fim, é importante entender essas estratégias como fundamentais para a agenda maior de implementação e consolidação do Plano Nacional de Comercialização Justa e Solidária, conforme Recomendação No 01 de 19 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

Ainda em relação ao processo de normatização da política pública destaca-se a necessidade de incidência para aprovação da Lei Geral da Economia Solidária, da construção de um novo marco regulatório da relação entre Estado e Sociedade Civil e da implementação do Cadastro de Empreendimentos de Economia Solidária – CADSOL.

Além de avançar esses processos que já estão mais consolidados, destaca-se a necessidade de avançar em normativas públicas que reconheçam a necessidade de uma tributação diferenciada para os empreendimentos econômicos solidários e a construção de uma legislação que facilite o acesso a previdência para os trabalhadores desses empreendimentos.

4. Proposições da Conferência Temática para a construção dos Planos de Economia Solidária

Esta Conferência Temática definiu algumas proposições prioritárias para a construção da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Produção, Comercialização e Consumo Solidários. Considera-se estas proposições as contribuições fundamentais desta conferência para o processo de construção dos Planos de Economia Solidária:

- Organização e fortalecimento das redes de cooperação solidária e das cadeias produtivas da economia solidária, disponibilizando para estas acesso a crédito, comunicação, formação e assessoramento técnico, logística e infra-estrutura;
- Implementação de planos municipais, estaduais e nacional de comercialização justa e solidária;
- Construção de um Plano Nacional de Compras da Economia Solidária para promover o acesso aos mercados institucionais;
- Aprovação e regulamentação do Marco Legal: ênfase na aprovação da Lei Geral da Economia Solidária; consolidação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com ênfase em formas simplificadas de avaliação de conformidade e implementação do Cadastro de Empreendimentos de Economia Solidária – CADSOL.



**3ª Conaes
Conferência
Nacional de
Economia
Solidária**

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

**Conferência Temática Economia
e Democracia Políticas de
Financiamento, Finanças
Solidárias e Ambiente Institucional
para a Economia Solidária**

Documento Final

Brasília/DF

Abril/2014

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

APRESENTAÇÃO

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Para a economia solidária esses momentos são essencialmente importantes, já que um de seus pressupostos é a construção coletiva entre Estado e sociedade. Sabemos que a consolidação da economia solidária como política pública é resultado da luta social articulada aos esforços de fortalecimento dos espaços dentro dos órgãos governamentais.

Nesse processo de construção participativa da economia solidária no Brasil já foram realizadas duas Conferências Nacionais (CONAES) com os temas: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento (2006) e Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável (2010). Nesses encontros foi possível afirmar a identidade da economia solidária, assim como reconhecer o direito do trabalho associado e o fomento e fortalecimento de políticas públicas com essa finalidade.

Caminhamos agora para a construção da III CONAES, que ocorrerá de 26 a 29 de novembro de 2014 em Brasília/DF, e terá como objetivo dar um passo importante na consolidação da economia solidária como política pública. Com o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável” coloca-se o desafio da construção de um plano nacional de economia solidária. Um plano nacional é um instrumento de orientação da política pública, elaborado a partir da análise do contexto atual e da projeção de um futuro desejável, que norteiam a definição de estratégias e prioridades na formulação de projetos e ações.

Para que o plano corresponda às necessidades dos empreendimentos e iniciativas de economia solidária de todo o país, serão realizadas conferências preparatórias temáticas, municipais, estaduais e territoriais, que terão como objetivo elaborar planos e propor diretrizes para serem discutidas na Conferência Nacional.

Nesse processo de construção de um plano nacional para a economia solidária, as iniciativas de finanças solidárias se apresentam como uma importante fonte inspiradora para a elaboração das estratégias e linhas de ação, já que essas iniciativas apontam o caráter sistêmico da economia solidária na produção de um ciclo virtuoso entre os agentes locais ao articular as dinâmicas sociais e econômicas segundo os princípios da democracia e da igualdade.

Nesta perspectiva, será realizada a Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária, nos dias 08, 09 e 10 de abril em São Paulo/SP, que contará com a participação, principalmente, de representantes das iniciativas de finanças solidárias que terão o desafio de refletir sobre o

contexto atual da economia solidária nas dimensões do financiamento, bem como as institucionalidades necessárias para um futuro mais promissor para a economia solidária.

ECONOMIA E DEMOCRACIA

Segundo relatório apresentado pela Oxfam¹, a renda conjunta de 3,5 bilhões de pessoas representa o mesmo que a renda das 85 pessoas mais ricas do planeta. Esse dado sozinho indica a diferença gritante entre pobres e ricos, entretanto, quando analisado no tempo ele é resultado do aumento da desigualdade nos diversos países do globo, sejam desenvolvidos ou não. Segundo o relatório, 7 em cada 10 pessoas vivem em países onde a desigualdade econômica tem aumentado nos últimos 30 anos. Esse panorama também continua no Brasil de forma acentuada, apesar dos avanços promovidos pelas políticas sociais dos últimos anos.

Esses números só reafirmam o caráter excludente do sistema capitalista, que conduz à acumulação da riqueza nas mãos de poucos e o empobrecimento dos trabalhadores. A crise financeira nos EUA e nos países europeus, em 2008, foi “remediada” com dinheiro dos impostos da população a partir de decisões unilaterais dos governos desses países. Assim, concentração de riqueza é sinônimo de concentração de poder, ou seja, não é possível discutir democracia sem alterar a lógica que rege o nosso modelo econômico, e vice-versa.

Quando propomos, portanto, a construção de outra economia, a partir dos princípios da economia solidária, estamos falando, ao mesmo tempo, de economia e de democracia.

Uma primeira dimensão dessa relação diz respeito à democratização da riqueza produzida socialmente que, no capitalismo, é expropriada dos trabalhadores de forma privada e em nome da multiplicação do lucro de poucos. Na economia solidária, a defesa do trabalho associado impõe uma visão radical de apropriação coletiva dos processos e meios de produção, e do trabalho como centro da produção do bem viver. Aqui, a ideia de democracia não se limita ao que se considera sua dimensão política, mas como princípio de igualdade, que deve basear a economia, o estado e a vida em sociedade.

E, assim, chegamos ao princípio central da economia solidária – a autogestão. Ela está por um lado ligada à transformação das relações de poder na esfera da produção e do trabalho e, por outro, aos processos de democratização do Estado.

¹ FUENTES-NIEVA, Ricardo; GALASSO Nicholas. Working for the few: political capture and economic inequality. In: Oxfam Briefing Paper, 20 janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.oxfam.org/en/policy/working-for-the-few-economic-inequality>. Acessado em: 1 de fevereiro de 2014.

No Brasil, hoje, vivemos um momento importante e decisivo, pois de um lado vemos a consolidação de conquistas importantes do ponto de vista social e do fortalecimento do Estado, entretanto, esses avanços não modificam bases estruturais da lógica que rege os mecanismos econômicos e sociais.

Desde 2003, com o governo Lula, houve maior participação política da sociedade civil. Entretanto, o discurso da gestão eficiente fez com que os mecanismos burocráticos estatais dificultassem cada vez mais o fortalecimento de um Estado mais democrático do ponto de vista da mudança da correlação de forças entre o grande capital e as iniciativas populares. Assim, com o enrijecimento da burocracia na execução de convênios e no estabelecimento de parcerias, e com a criminalização das organizações sociais, há novos desafios para a consolidação de mudanças no Estado Brasileiro para uma construção efetivamente democrática. Ainda temos um Estado, principalmente nos níveis estaduais e municipais, que atua a partir da lógica privada, estando a serviço dos grandes conglomerados e de algumas poucas grandes fortunas familiares. O Pacto Federativo, que faz o repasse direto aos estados e municípios, tem servido tanto à descentralização efetiva de recursos e ações, como também à manutenção de relações promíscuas entre o poder privado e o recurso público.

A economia solidária, dentro desse contexto do ponto de vista de suas ações estatais, é porta voz e protagonista no governo de uma visão contraditória da ação do Estado: fortalecer as iniciativas populares de modo a modificar a correlação de forças presentes no Estado em busca de modificá-lo e torná-lo efetivamente democrático.

AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como discutido acima, a economia solidária possui uma dimensão política pautada na centralidade da autogestão, o que implica na transformação das relações de trabalho, como também na efetivação de um Estado democrático. Assim, falar em ambiente institucional para a economia solidária significa pensar nas forças sociais que a sustentam, como também nas políticas públicas que a dão suporte e a fomentam.

Hoje vivemos no Brasil um momento importante na consolidação das políticas sociais e na busca pela superação da pobreza e diminuição de nossa histórica desigualdade social. Entretanto, os caminhos que vêm sendo trilhados para essas conquistas são contraditórios, já que implicam uma proposta de desenvolvimento baseada no aumento do consumo, do crédito e, portanto, da aposta no moto contínuo do crescimento econômico. Assim, se por um lado temos mais espaço para experimentações e conquista no campo social, ainda há pouco espaço para transformações mais profundas no modo de produzir e consolidar essas conquistas. Dentro desse contexto, as políticas públicas de economia solidária são um exemplo da articulação da dimensão política de fortalecimento e democratização do Estado ao mesmo tempo em que está inserida no debate da

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

superação da pobreza.

Nesse sentido, a economia solidária tem atuado de forma integrada ao Plano Brasil Sem Miséria. A SENAES lançou chamadas públicas para atendimento desse público e está próxima de alcançar a meta de apoiar 260 mil famílias, a que se propôs no Plano Brasil Sem Miséria. Até 2014, nos 106 convênios celebrados, 151 mil pessoas serão beneficiadas diretamente e 486,6 mil de forma indireta. Também foram ampliadas as parcerias entre órgãos federais, tais como MDS, MEC, MDA, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), IPEA, BNDES, FINEP, FBB, BNB dentre outros, para a implementação de ações transversais de apoio à economia solidária, além da articulação com a sociedade civil, aprofundando o diálogo social. Entretanto, a economia solidária ainda se encontra marginal no debate mais amplo sobre o desenvolvimento. Através dos convênios e suporte aos estados e municípios, tem ampliado a participação social em políticas de desenvolvimento local regional. Não seria esse o caminho da efetiva construção da economia solidária participando dos processos locais e fortalecendo os órgãos governamentais nesses âmbitos?

FINANÇAS SOLIDÁRIAS E FINANCIAMENTO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao falarmos de finanças solidárias estamos rearticulando as ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, dinâmicas locais e organização comunitária. Dessa forma, essas iniciativas apontam o caráter sistêmico da economia solidária na produção de um ciclo virtuoso entre os agentes locais ao articular as dinâmicas sociais e econômicas segundo os princípios da democracia e da igualdade.

Para atender à demanda dos segmentos populares marginalizados do sistema financeiro existente no fomento às atividades produtivas nas comunidades pobres, surgiram, a partir dos anos 70 do século passado, várias práticas e iniciativas que passaram a ser chamadas de finanças solidárias. São elas os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's), os fundos rotativos solidários (FRS) e as cooperativas de crédito solidário.

Os bancos comunitários de desenvolvimento têm como principal objetivo a reorganização das economias locais, a apropriação dos meios de produção e financeiros através do crédito, e a autogestão na produção do desenvolvimento de determinado território. Os fundos solidários organizam poupanças comunitárias geridas coletivamente que proporcionam o apoio tanto aos seus membros, quanto ao desenvolvimento da comunidade. As cooperativas de crédito, em grande medida rurais, apoiam não apenas os produtores associados locais, mas ao gerirem as poupanças e riquezas locais, promovem a socialização dos ganhos ao reinvestirem essas poupanças localmente.

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

Apesar de termos um espectro amplo de atores que compõe o campo de atuação das finanças solidárias, há inúmeros desafios para que possamos constituir de fato um Sistema de Finanças Solidárias.

A Conferência oferece uma importante oportunidade para os atores de cada segmento deixarem de lado sua visão parcial para, juntos, construirmos um primeiro desenho de um Sistema de Finanças Solidárias, a partir das demandas dos usuários, e de nossa visão de uma Economia Solidária que precisa de serviços financeiros. O desenho do Sistema permite cada segmento entender melhor seu papel dentro dele, um passo importante para facilitar a articulação entre os diferentes segmentos das finanças solidárias. Como constituir de fato um Sistema em que cada segmento possa contribuir com suas potencialidades para um funcionamento mais integrado e efetivo de cada uma delas? Como constituir uma identidade coletiva dessas iniciativas sem que se perca suas especificidades e sem que haja submissão de uma em relação à outra? A noção de sistema permite construir uma ação na qual cada segmento possui um papel específico com ações complementares.

Um dos temas que ainda temos muito a avançar é o marco jurídico das finanças solidárias, já que apenas as cooperativas de crédito possuem legislação específica que define e constitui legitimidade a essa iniciativa. No caso dos BCD's e dos fundos solidários não há nenhuma legislação que os regule e os reconheça como sujeitos de uma política pública. Os BCD's de alguma maneira se enquadram na lei de OSCIPs e no decreto que regulamenta estas instituições com finalidade creditícia. Para a legislação brasileira essas iniciativas não são consideradas instituições financeiras e não são reguladas pelo Banco Central. Esse caráter social e não financeiro do ponto de vista legal impede que essas iniciativas capturem poupança e criem seus próprios serviços bancários e financeiros. Além disso, não há reconhecimento legal do uso das moedas sociais. Hoje está em tramitação o Projeto de Lei Complementar 93/2007, da deputada Luiza Erundina, que cria um sistema financeiro alternativo, que é hoje um dos nossos grandes desafios. Temos também em tramitação a lei geral da economia solidária que reconhece as iniciativas da economia solidária com um todo, além de propor a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária e um fundo para o financiamento das iniciativas.

Entretanto, é importante refletir sobre a necessidade ou não de outros instrumentos legais intermediários que nos fortaleçam num período curto de tempo e que deem o reconhecimento necessário para que essas iniciativas possam se fortalecer.

Em relação ao financiamento, a SENAES foi interlocutora e apoiadora direta das iniciativas de finanças solidárias. As principais ações neste sentido durante os primeiros anos do governo Lula foram convênios de replicação da metodologia dos bancos comunitários e de apoio aos fundos solidários a partir do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPs em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Banco do Nordeste.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

A partir de 2010 foi criado pela SENAES o Programa Nacional de Finanças Solidárias, que destinou recursos para projetos de fortalecimento e implantação de bancos comunitários e fundos rotativos solidários em todo o Brasil. Durante esse processo foram mapeados e apoiados mais de 500 fundos rotativos e hoje há 103 bancos comunitários em funcionamento em 19 estados do país.

Agora temos o desafio de consolidar essas iniciativas através dos projetos aprovados nos novos editais da SENAES, que destinou R\$ 18 milhões para as iniciativas de finanças solidárias. Trata-se de um momento em que avançamos no desenvolvimento do Programa a partir da ampliação do diálogo e aproximação entre os 3 segmentos das finanças solidárias, e do apoio também a projetos do segmento do cooperativismo de crédito.

Ainda em relação ao financiamento, os bancos públicos, principalmente BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste (BNB), abriram maior diálogo desde 2003 e desde então têm firmado importantes parcerias com as iniciativas de finanças solidárias. Entretanto, ainda há muito a avançar.

Discutir financiamento para a economia solidária passa por falar de uma mudança radical de paradigma, sendo necessários novos instrumentos e novos referenciais para essa concessão. Os três segmentos possuem convênios com o BNDES, mas é imensa a dificuldade na execução desse recurso, pois a lógica dos bancos convencionais é a mesma tanto para as grandes empresas capitalistas, como para os segmentos das finanças solidárias.

Neste sentido, é necessária uma ambiência institucional que dê suporte para que essa nova lógica possa tornar-se efetiva com tratamento diferenciado na tributação, taxa de juros, custo financeiro da captação e com o uso de indicadores de eficiência e eficácia não apenas econômica, mas também social, cultural, educacional, ecológica...

Com esse contexto, nos parece importante a reflexão e construção de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias que consiga constituir um ambiente institucional propício para que a economia solidária como um todo tenha financiamento próprio e contínuo adquirido a partir do acesso a fundos públicos como o FAT e com uma lógica e formas de financiamento de acordo com as especificidades de suas iniciativas.

EM BUSCA DE UM SISTEMA NACIONAL DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

No trecho que segue apresenta-se uma tentativa de visão de Sistema para provocar o debate durante a Conferência.

O Sistema de Finanças Solidárias é o conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Ele está à serviço da Economia Solidária, seus empreendimentos, suas organizações e seus trabalhadores, mobilizando,

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários para que ela exista e prospere.

Dessa forma, diferente do sistema financeiro capitalista, que está cada vez mais distante da economia real para se auto enriquecer e gerar lucro com produtos e práticas especulativas, o Sistema de Finanças Solidárias não tem finalidade especulativa e é um meio para viabilizar a Economia Solidária, organizada para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

Compõem o Sistema das Finanças Solidárias as pessoas e entidades que oferecem recursos financeiros e fazem a gestão desses recursos (fornecedores de recursos), as pessoas e entidades que recebem e investem esses recursos (usuários de recursos) e as entidades de fomento e apoio que ajudam na construção e consolidação dessas iniciativas.

Fonte de recursos	Iniciativas de finanças solidárias	Usuários de recursos
Fundos Solidários de Fomento Poder Público Bancos Públicos Entidades da cooperação internacional Poupança de usuários/ contribuições de sócios Doações de pessoas físicas e jurídicas	Fundos Solidários (FRS) Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) Cooperativas de Crédito Solidário	Empreendimentos da economia solidária Cooperativas de produção e serviços Associações de produtores Pequenos produtores Entidades do comércio solidário Consumidores solidários Economia Popular

Três segmentos de organizações evoluíram historicamente no Brasil para oferecer serviços financeiros solidários: fundos rotativos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito. Essas organizações surgiram a partir das demandas não atendidas de usuários marginalizados do sistema financeiro, que se associaram e criaram suas próprias iniciativas.

Os fundos solidários de fomento, as entidades da cooperação internacional, e, a partir de 2004, alguns bancos públicos de desenvolvimento e o poder público têm atuado como fontes de recursos para alimentar os três segmentos de finanças solidárias.

Parte importante dos recursos dos três segmentos vem de contribuições/devoluções dos próprios sócios e usuários.

Outra parte dos recursos dos três segmentos vem de doações de pessoas

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

físicas e jurídicas. Essas doações também constituem uma fonte importante dos recursos dos fundos solidários de fomento e das entidades de cooperação internacional.

Os participantes do Sistema de Finanças Solidárias estão organizados em redes e vinculados aos Fóruns de Economia Solidária.

Um importante diferencial do Sistema de Finanças Solidárias é que ele não conhece a separação entre donos e usuários de capital, característica fundamental do sistema financeiro capitalista. Nesse sistema, a acumulação de grandes lucros nas mãos de poucos acontece porque os donos de capital podem multiplicar seu patrimônio, investindo numa grande variedade de títulos e mercados financeiros, sem ter qualquer interesse ou compromisso com a atividade que está sendo financiada. Os usuários do capital, por outro lado, precisam devolver os recursos com juros, ou, quando acessam capital de risco não reembolsável, precisam ceder o controle sobre seu negócio, deixando de serem os donos.

No Sistema de Finanças Solidárias os usuários dos recursos são também os donos/sócios/controladores das entidades que oferecem esses recursos.

Essa governança coletiva dos segmentos das Finanças Solidárias por seus usuários garante que se cumpra, de fato, seu papel de fomentar e fortalecer a economia solidária, evitando o desvio para finalidades em busca do próprio lucro. Por outro lado, a eliminação da separação entre donos de capital e usuários de capital, se constitui num dos maiores desafios das Finanças Solidárias - atrair recursos para se sustentar e crescer.

QUESTÕES PARA O DEBATE

1. Quais as mudanças nas leis e regulamentos que precisamos para viabilizar a construção e consolidação do Sistema de Finanças Solidárias?
2. Quais as fontes de recursos para viabilizar o Sistema de Finanças Solidárias e quais novos instrumentos e mecanismos de financiamento precisam ser criados?
3. Como avançar na construção do Sistema de Finanças Solidárias com uma identidade coletiva dos três segmentos, sem que se percam as especificidades de cada um e sem que haja submissão de um em relação ao outro?

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS APROVADAS

Proposta 1

Criar uma política nacional de finanças solidárias a partir de audiências públicas, conferências, debates, seminários e encontros, organizados e sistematizados pelo conselho nacional de economia solidária no uso de suas atribuições, garantindo a participação legítima da sociedade civil, que englobem as cooperativas de crédito, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos solidários.

A política nacional deve ser organizada com base na articulação de políticas estaduais e municipais, sendo criados conselhos (municipais e estaduais) de natureza paritária (governo e entidades da sociedade civil).

Ela deve ser permanente e deve reconhecer institucionalmente as iniciativas e territórios em suas especificidades, de modo que possam ser garantidos:

- fomento e assessoria técnica;
- infra-estrutura logística e formativa;
- autonomia para o desenvolvimento local;
- instrumentos não-economicistas de diagnóstico, avaliação e monitoramento;

Proposta 2

Criar programa de financiamento para as iniciativas de finanças solidárias tendo como financiadores o BNDES, bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bancos públicos e agências de fomento, nas modalidades de fundo não-reembolsável bem como acesso a crédito tendo em vista uma política de crédito adequada à essas iniciativas.

Proposta 3

Criar o Fundo Nacional de Apoio à Economia Solidária considerando o debate acumulado PL da Economia Solidária.

Proposta 4

Elaboração e proposição de metodologia de avaliação adequada para os órgãos financiadores aos projetos de finanças solidárias, por parte do Comitê de Finanças Solidárias, devendo fazer parte do marco regulatório a ser aprovado.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária.

Proposta 5

Organizar em âmbito nacional o Sistema de Finanças Solidárias com autonomia e regulação própria garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento tendo como principal objetivo de dinamizar as economias nos territórios e que contemple a aprovação de projeto de lei de reconhecimento dos fundos solidários e bancos comunitários, bem como aprimoramento da legislação e regulação sobre as cooperativas de crédito.



**3ª Conaes
Conferência
Nacional de
Economia
Solidária**

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

Documento Final

Brasília/DF

Abril/2014

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

APRESENTAÇÃO

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação direta da população na formulação de políticas públicas, debatendo temas e questões relevantes da sociedade. As políticas públicas de economia solidária são construídas a partir do reconhecimento dos direitos de cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente daqueles que atuam nas iniciativas econômico-solidárias.

A Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (1ª CONAES) foi importante para afirmar a identidade da economia solidária enquanto estratégia “geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, avançando para superação da subalternidade do trabalho em relação ao capital”¹. Quatro anos depois, a 2ª CONAES realizou um balanço dos avanços, desafios e limites da economia solidária e de suas políticas públicas e reafirmou o direito das formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade. Tendo por base os acúmulos das duas primeiras conferências, a 3ª CONAES tem os seguintes objetivos:

- I. realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária, considerando as deliberações das duas conferências nacionais;
- II. promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentada pelos governos e pela sociedade civil;
- III. elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária;
- IV. elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária, contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação, programas, projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país.

A 3ª CONAES avança no processo de formulação das políticas públicas para o setor desde os municípios, territórios, estados até o âmbito nacional, devendo considerar as diversas formas de expressão e organização da economia solidária no Brasil. Para isso, além das etapas preparatórias locais e estaduais, são realizadas conferências temáticas para aprofundar temas específicos e elaborar subsídios para as outras etapas da CONAES.

Nesse contexto, realiza-se esta Conferência Temática “Economia Solidária como Estratégia de Inclusão Socioprodutiva de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis”. Sua realização é inspirada na expressiva presença do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR) que, durante a 2ª CONAES, aprovou moção de repúdio à instalação

¹ MTE/SENAES. I Conferência Nacional de Economia Solidária: “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Brasília, 26 a 29 de junho de 2006, eixo 1, item 7. (Documento Final)

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

de incineradores ou usinas verdes para a queimada de material recicláveis, apontando a coleta seletiva solidária, a inclusão social e a conscientização ambiental como compromisso dos que constroem um planeta sustentável. Nessa mesma perspectiva, os objetivos desta Conferência Temática são:

- a) aprofundar o debate sobre a inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a extinção dos lixões em todo o País;
- b) debater as estratégias da Economia Solidária como processo de inclusão socioprodutiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, tomando por base os acúmulos da I e II CONAES;
- c) promover o balanço sobre os avanços e desafios das organizações sociais e das políticas públicas em relação ao tema da inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais recicláveis;
- d) elaborar subsídios e proposições para os planos estaduais e para o Plano Nacional de Economia Solidária a ser elaborado na III CONAES.

Tais temas e questões são pertinentes às organizações coletivas dos catadores e das catadoras em todo o Brasil, compreendidas como estratégia para que sejam incluídos social e produtivamente, por ocasião da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e devem ser consideradas também no Plano Nacional de Economia Solidária a ser elaborado pela 3ª CONAES².

Desafios e conquistas dos catadores de materiais recicláveis no Brasil

Catadores e Catadoras, Autogestão e Economia Solidária

Apesar da atividade dos catadores e catadoras de recicláveis já existir há pelo menos cinco décadas, somente no início dos anos oitenta surgiram as primeiras iniciativas de organização por meio de associações ou cooperativas e, a partir daí, o trabalho de catação começou a ser reconhecido. A atuação de ONGs, igrejas, pastorais, no final dos anos 80 e início dos anos 90, resultou na constituição de importantes entidades dos catadores e catadoras de materiais recicláveis que se amplia ao longo dos anos³.

² BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas no Governo Federal - 2003/2010. Brasília: julho de 2012. Disponível em <http://portal.mte.gov.br>, acessado em 09-04-2014.

³ DIAS, S. M. Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto: UFOP, 2002. Disponível em www.inclusiuecities.org/wpcontent/uploads/2012/07/Dias_ABEP_LIXO_E_CIDADANIA_Asmare.pdf, acessado em 08-04-2014

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

Em São Paulo, o trabalho do catador foi reconhecido como atividade profissional através do Decreto 28.649, de 5 de Abril de 1990. A partir daí, os catadores começaram a se organizar em grupos e a realizar encontros nacionais, construindo as suas pautas de reivindicações. Em setembro de 1999, no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte/MG, foi iniciado o processo de estruturação do MNCR (MUÑOZ apud SILVA, 2006). No ano de 2001 foi realizado, em Brasília, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com 1.700 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados. Eles promoveram a 1ª Marcha Nacional da População de Rua com 3.000 participantes. Durante o Congresso foi construído o manifesto conhecido com a 1ª Carta de Brasília (MNCR, 2014), na qual os catadores e catadoras apresentaram, à sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as suas reivindicações e propostas.

No ano de 2003 foi realizado, em Caxias do Sul (RS), o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores que reuniu catadores e catadoras de diversos países. O Congresso publicou a Carta de Caxias que difundiu a situação dos catadores da América Latina, unificando a luta⁴. Um dos resultados das mobilizações realizadas foi o crescimento da organização dos catadores e o reconhecimento da profissão de catador de materiais recicláveis, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2002, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Além desta, diversas outras iniciativas foram implantadas pelo Governo Federal.

Do ponto de vista da luta, se destacam os Encontros das Mulheres Catadoras de Material Reciclável, promovido pelo MNCR e pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Estado do Paraná, tendo realizado a sua quarta edição em 2013 e a Conferência Nacional do Meio Ambiente, de 2013, que teve como um dos principais temas a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a participação de catadores e catadoras, entre outros.

Uma conquista dos catadores e catadoras que se destaca deu-se no ano 2011 quando o estado de Minas Gerais sancionou a lei nº 19.823 de 22/11/2011 que criou a Bolsa Reciclagem, sendo o primeiro a pagar pela Remuneração de Serviços Ambientais Urbanos prestados por organizações dos catadores de materiais recicláveis.

Hoje, um dos desafios relacionados aos catadores e catadoras no Brasil diz respeito à contagem de quantos eles são. Segundo o MDS⁵, não há, no Brasil, consenso sobre quantas pessoas ou famílias sobrevivem da coleta e reciclagem de resíduos sólidos, seja nos lixões ou nas ruas. Em 2012, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou que esse público está entre 400 mil e 600

⁴ Disponível em www.mnrc.org.br/box_1/sua-historia, acessado em 22-04-2014.

⁵ Fonte: Governo intensifica ações de proteção social voltadas a catadores. Brasília, jan.2014. Disponível em www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/janeiro/governo-intensifica-acoes-de-protecao-social-voltadas-a-catadores, acessado em 08-04-2014.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioproductiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

mil pessoas. Entretanto, as estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) indicam o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje no Brasil, entre os quais 70% seriam mulheres⁶.

Políticas Públicas para Inclusão dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

Cabe destaque a criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, em 11 de setembro de 2003, com o objetivo de articular, no âmbito dos ministérios e órgãos públicos, as ações de apoio e fomento ao segmento dos catadores de materiais recicláveis. O CIISC é composto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Cidades, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Casa Civil da Presidência da República, Secretaria dos Direitos Humanos, Ministério Público, Funasa, Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, IPEA, Eletrobrás e Itaipú.

A Lei 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, sancionada no dia 2 de agosto de 2010, foi outra grande conquista na luta dos catadores organizados, conforme as reivindicações expressas na 1ª Carta de Brasília. A legislação dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos (inclusive os perigosos), às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Também reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

Ela prevê, também, a logística reversa como uma das estratégias da gestão de resíduos sólidos e estabelece que a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos deve ser compartilhada. Isto indica que a indústrias, os distribuidores, os comerciantes, junto aos consumidores, são responsáveis pelos produtos, mesmo em seu fim de vida, ou seja, quando se tornam resíduos. Ficam, então, àqueles responsáveis por estruturar a cadeia de logística dos produtos por eles produzidos e comercializados.

A PNRS indica que serão priorizados, no acesso aos recursos da União, os municípios que implantarem a coleta seletiva e tiverem programas e ações

⁶ Fonte: Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo, 21-03-2014. Disponível em http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas, acessado em 08-08-2014.

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

para a participação dos grupos interessados, em especial as cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda. Estas devem ser priorizadas nas ações com os resíduos sólidos urbanos. Para tanto, a Lei nº 11.445, incluiu o inciso XXVII no Art. 24 da Lei 8666/93, dos contratos e licitações, que dispensa a licitação na contratação de associações e cooperativas para a coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos, desde que compostas por pessoas físicas de baixa renda.

Ainda que a Lei da PNRS se constitua em um grande avanço político, não há garantia de que a sua aplicação seja sempre favorável aos catadores e catadoras, a exemplo da estruturação da logística reversa de Embalagens Plásticas Usadas e Óleos Lubrificantes, em que há o entendimento da não viabilidade para o segmento de catadores por “tratar-se de resíduo perigoso nocivo à saúde humana”⁷. Eis uma clara discrepância com a diretriz de integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvem a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Além da PNRS, no âmbito federal, outras leis e decretos apoiam o trabalho dos catadores e das catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. O Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

O Programa Pró-catador foi instituído pelo Decreto 7.405/2010, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento⁸.

Antes disso, em 2009, teve início o Programa Cataforte, fruto da parceria entre a Fundação Banco do Brasil (FBB), a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), com o objetivo de promover ações de capacitação, formação e assistência técnica com vistas ao fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis e das formas de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários.

Em 2010, foi concebido o Projeto Cataforte II – Logística Solidária, com a parceria entre a FBB, a SENAES/MTE, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é possibilitar a inserção

⁷Edital Nº01/2011 de “Chamamento Para a Elaboração de Acordo Setorial Para a Implementação de Sistema de Logística Reversa de Embalagens Plásticas Usadas e Óleos Lubrificantes”.

⁸Informações disponíveis em: <http://www.secretariageral.gov.br/procatador>, acessado em 08-04-2014.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioproductiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

competitiva das redes de cooperativas de materiais recicláveis nos sistemas de coleta seletiva a serem modelados e implementados pelo poder público para atendimento à legislação vigente.

Em 2013, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, foi lançado o Cataforte III - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias - voltado à estruturação de redes de cooperativas e associações para que se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.

O Plano Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal em 2011, incluiu como uma das prioridades da inclusão produtiva urbana, o apoio aos catadores e catadoras com o objetivo de atuar na melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades de inclusão na coleta seletiva no âmbito da PNRS, além de capacitar catadores e viabilizar infraestrutura e formação de redes de comercialização. Prevê que a geração de ocupação e renda deve se dar via o empreendedorismo e a economia solidária, com oferta de orientação profissional, qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

Desafios e perspectivas da inclusão dos catadores organizados em empreendimentos econômicos solidários na PNRS

A economia solidária tem sido uma estratégia fundamental para a inclusão social e econômica dos catadores e catadoras. Dessa forma, as políticas públicas de economia solidária buscam ampliar a capacidade organizativa e produtiva do segmento dos catadores, conferir maior capacidade técnica e de gestão aos empreendimentos econômicos coletivos e solidários já existentes e disponibilizar meios técnicos e financeiros para fomentar a organização e formalização de novos por meio de formação, assessoria técnica e estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos sólidos⁹.

Percebe-se que o grande desafio que se apresenta é viabilizar a implementação da PNRS articulada à inclusão social e produtiva dos catadores e catadoras de resíduos reutilizáveis e recicláveis. Com a atuação determinante do MNCR em diversas frentes de luta, foram conquistados espaços de diálogo e de negociação com essa finalidade. O foco é o reconhecimento do trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis com o pagamento de serviços

⁹ Informações disponíveis em portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-5.htm, acessado em 08-04-2014.

ambientais, a prioridade de contratação dos empreendimentos dos catadores na implantação da coleta seletiva e na logística reversa.

Encerramento das Atividades dos Lixões e Inclusão Socioprodutiva de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

O encerramento dos locais de destinação inadequada de resíduos, os lixões, é importante para que as cidades e suas populações tenham melhor qualidade de vida, melhorando a saúde da população e do ambiente. Por ser uma questão crítica, está previsto na Lei nº12.305/2010 o encerramento dos lixões até 2 de agosto de 2014. Até o final de 2013, aproximadamente 2.507 municípios dos mais de 5.570 municípios brasileiros, declararam ainda possuir lixões ativos¹⁰.

Estes lixões ativos estão diretamente relacionados com numerosos trabalhadores que, do lixo, separam o material reciclável e deste tiram seu sustento e de sua família. Neste sentido, também, aos lixões desativados às pressas estão associadas diversas famílias que tiveram sua fonte de renda retirada e todo o serviço prestado ao longo dos anos, na maioria das vezes, desconsiderado. Assim, o encerramento dos lixões deve ser tratado de forma cuidadosa pelos municípios, estados, federação e prestadores de serviços relacionados ao manejo de resíduos sólidos, de forma a garantir, de forma justa, a inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis¹¹.

Com essa preocupação, o MNCR, através da carta à presidenta Dilma, na Expocatador 2013, em São Paulo, elaborou um conjunto de reivindicações. Dentre elas destacamos “a expansão da indústria da reciclagem popular seja planejada de acordo com o interesse público, que concilie proteção ambiental, geração de trabalho e distribuição da riqueza”¹². Para tanto, reivindica a elaboração de um Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) que deverá: a) Introduzir uma política de financiamento estruturante às organizações de catadores, superando a lógica concorrencial instaurada pelo financiamento via editais; b) Considerar as especificidades regionais para a instalação dos pólos industriais; c) Prever o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento para soluções adequadas à Rota Tecnológica da Reciclagem Popular; d) Articular as diferentes políticas de educação, saúde, habitação, erradicação do trabalho infantil, assistência social para a população catadora.¹³

¹⁰ Informações disponíveis em www.secretariageral.gov.br/procatador/publicacoes/cartilha-pro-catador, acessado em 08-04-2014.

¹¹ SILVA, Rosemeire Barboza da. O MNCR: Atores, Governança, Regulação e Questões Emergentes no Cenário Brasileiro. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis. Florianópolis: vol. 3, no.2, jul/dez, 2006. Disponível em www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11655.pdf, acessado em 08-04-2014.

¹² Carta do MNCR para a Presidenta Dilma Roussef entregue na Expocatador em São Paulo, 19/12/2013. Disponível em http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/carta-do-mncr-para-a-presidenta-dilma-rousseff, acessado em 09-04-2014.

¹³ Idem.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioproductiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

Propostas:

1. Garantir a aposentadoria especial para os catadores e catadoras através da Previdência Social;
2. Garantir moradia para catadores e catadoras;
3. Priorizar o atendimento dos catadores e catadoras no encaminhamento das demandas no CADÚNICO, CRAS, CREAS, CAPS, com acesso aos programas sociais;
4. Integrar as ações do Ministério Público, Prefeitura (CADÚNICO, CRAS, CREAS, CAPS), catadores e catadoras no processo de encerramento dos lixões;
5. Regulamentar a profissão de catador e catadora;
6. Realizar o levantamento de informações sobre os catadores, as catadoras e seus familiares, precedendo o encerramento dos lixões a fim de garantir a inclusão social e econômica;
7. Garantir o pagamento por serviços ambientais prestados pelos catadores e catadoras durante o seu tempo de trabalho nos lixões;
8. Reverter os recursos oriundos da comercialização do gás metano e créditos de carbono para os catadores e catadoras remanescentes dos lixões;
9. Cumprir o inciso U do artigo 15, o inciso U do artigo 17 da PNRS que orienta quanto à estruturação dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores e catadoras, tendo como metas a extinção de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores e catadoras. Também, cumprir o inciso III do Artigo 42 que indica que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas com a implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
10. Destinar as multas geradas pelos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC's para o fomento e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários;
11. Garantir que as cooperativas e as associações sejam contratadas para realização de sensibilização e educação ambiental, sendo remuneradas por este serviço;
12. Proibir qualquer queima de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis, compreendendo que na queima não há inclusão socioproductiva dos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
13. Isentar as cooperativas e associações de catadores e catadoras da licença

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

ambiental, permitindo autorização ambiental de funcionamento simplificada e com custos reduzidos;

14. Elaborar legislação específica para as cooperativas e associações com vistas a diminuir os encargos sociais;
15. Isentar os empreendimentos de catadores e catadoras dos seguintes tributos e taxas:
 - a. Municipal – isenção do ISS e demais taxas em relação à alvará, etc.;
 - b. Estadual – deferimento do ICMS mesmo quando ultrapassar a UF para todos os produtos comercializados e industrializados;
 - c. União/Estado – isenção de todas as taxas cobradas pela junta comercial;
 - d. União – isenção do IPI para todos os produtos industrializados pelas cooperativas e associações de catadores, bem como isenção do COFINS e do PIS incidente sobre o ato cooperado;
 - e. Oferecer tratamento similar àqueles dispensados às micro-empresas e empresas de pequeno porte enquadradas no simples nacional;
 - f. Isenção das multas sobre obrigações acessórias (incluindo créditos tributários lançados);
 - g. Isenção da taxa de vistoria cobrada pelo Corpo de Bombeiros;
 - h. Isenção da taxa de vigilância sanitária;
16. Reduzir os tributos das indústrias que transformam matéria prima em material utilizável que sejam passíveis de serem reciclados pelos catadores e catadoras;
17. Convocar os conselheiros de Economia Solidária a participar da elaboração dos planos de resíduos Sólidos;
18. Criar conselhos municipais e estaduais de Economia Solidária e fortalecer os que já existem, garantindo a participação do MNCR;
19. Garantir a participação dos catadores na elaboração e acompanhamento dos planos de gestão nos municípios, estado e nação;

Prestação de Serviços: Coleta Seletiva, Pagamento de Serviços Ambientais e Logística Reversa.

Uma das pautas do MNCR está relacionada a reconhecer os catadores, as catadoras e suas organizações como agentes econômicos fundamentais para o Sistema de Limpeza Urbana e integrá-los aos processos formais de prestação de serviços dos municípios. Isso ocorre principalmente através das cooperativas

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

e associações que serão remuneradas pela prestação da coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos, com a implantação da coleta seletiva em substituição à coleta convencional¹⁴.

Portanto, um grande desafio está relacionado à contratação de catadores e catadoras. Dentre os 5.570 municípios brasileiros, poucos são os que realizam contrato de prestação de serviço com associações ou cooperativas de catadores para coleta seletiva e triagem. O número de municípios com contrato para pagamento por serviços ambientais é ainda menor. O MNCR avalia que a reciclagem no Brasil existe graças ao serviço prestado de forma gratuita pelos catadores. Infelizmente, aponta que aproximadamente de 90% trabalha para ferros velhos e aparistas. Os preços dos recicláveis “estão nas mãos das poucas indústrias que estão concentradas na região sul e sudeste do País”¹⁵ e estas empresas reciclam somente os materiais que tem mais lucratividade no mercado, negligenciando a questão social e ambiental.

Com a contratação pelos municípios, espera-se garantir uma renda digna e melhores condições de trabalho aos catadores e catadoras, bem como maior acesso às políticas públicas de modo geral. Segundo estudo divulgado pela FGV, até agosto de 2013 apenas 20% dos municípios entregou seus planos. Outro ponto preocupante ressaltado no estudo é em relação à qualidade dos planos pelos municípios, que revelam “falta de conhecimento e fragilidade dos governos locais para lidarem com a gestão dos resíduos em sintonia com as premissas da regulação nacional”¹⁶. Deste modo, outro grande desafio é ampliar a participação dos catadores e catadoras nos processos de planejamento municipal.

Para consecução desse objetivo, uma reivindicação importante é que seja proibida toda e qualquer incineração de resíduos sólidos, desde a incineração de resíduos domésticos até a incineração para geração de energia (termoelétrica), e todo e qualquer tipo de tratamento térmico. Outra reivindicação importante é que não sejam firmadas as parcerias público-privadas (PPPs) que, devido ao longo tempo de contratos, impossibilitam a gestão integrada dos resíduos sólidos e estão relacionadas ao uso dos incineradores. Considerando que as empresas privadas buscam o lucro em detrimento do meio ambiente e da vida em geral, essas parcerias, na sua essência, não visam a inclusão social e produtiva dos catadores e catadoras.

Em relação à logística reversa, o que se vê, atualmente, é que, também, esta atividade tem sido desempenhada por catadores e catadoras em todo o Brasil, na maioria das vezes sem a remuneração adequada. Dentre as cadeias de produtos

¹⁴ BRASIL. Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis/Secretaria Geral da Presidência da República. Coleta Seletiva com Inclusão de Catadores de Materiais Recicláveis. Brasília: Imprensa Nacional, julho de 2013.

¹⁵ MNCR, 2014 – Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mncr-propoe-programa-de-reciclagem-popular-ao-governo-federal

¹⁶ Fundação Getúlio Vargas/Centro de Estudos em Sustentabilidade – Guces. Ciclo 2013: Resíduos e Pós-Consumo. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

prioritários, a cadeia das embalagens de óleo, a cadeia de medicamentos, resíduos dos pneus e dos agrotóxicos excluem os catadores, ignorando o serviço já prestado, minimamente e sem remuneração, a exemplo das embalagens de óleos lubrificantes. Nesta questão é criada uma incongruência entre os princípios legais, que estabelecem que o resíduo deve ser um bem promotor de inclusão social e qualidade de vida e que os empreendimentos de catadores e catadoras devem ser priorizados na logística reversa, contra a prática e os projetos da indústria. Nesta questão, os principais desafios estão relacionados à contrapartida que as indústrias, distribuidoras e comércio devem oferecer aos catadores e catadoras, uma vez que a responsabilidade financeira da cadeia é delas.

Propostas:

1. Garantir o pagamento dos serviços prestados para os empreendimentos da economia solidária de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis na elaboração e implementação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos dos grandes geradores;
2. Criar, pelos estados e municípios, leis com base no decreto nº5.940/2006;
3. Estender o decreto nº5.940/2006 aos executores de obras públicas nas três esferas administrativas (união estados e municípios), para que os resíduos recicláveis sejam entregues aos empreendimentos constituídos por catadores e catadoras;
4. Garantir aos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras o acesso à informação sobre a qualidade e quantidade dos materiais destinados pelos órgãos públicos (Decreto nº5.940/2006);
5. Incluir nos planos municipais/territoriais/estaduais/nacional de gestão de resíduos sólidos o pagamento por serviços ambientais e coleta seletiva para os empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
6. Exigir que as cadeias da logística reversa sejam financiadas por empresas privadas que se beneficiam da comercialização dos produtos e que, para a operacionalização, sejam contratados empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
7. Garantir a participação dos empreendimentos de catadores e catadoras na revisão dos acordos setoriais da logística reversa;
8. Comprometer 20% dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para pagamento dos serviços ambientais prestados pelos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
9. Comprometer o orçamento das três esferas administrativas (união estados

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

- e municípios) no Plano Plurianual para investimentos na estruturação dos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
10. Criar um fundo de subsídios para formações, ampliação e acompanhamento pelo MNCR aos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, com ações descentralizadas em todo o território nacional;
 11. Garantir que os editais sempre possibilitem a participação de todos os empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
 12. Garantir a isenção e simplificação dos documentos para obtenção dos licenciamentos para os empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
 13. Garantir uma rede de parceiros entre MNCR, os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), meios de comunicação e instituições de ensino para fortalecer o MNCR;
 14. Criar uma certificação, fornecida pelos catadores, para as empresas que encaminham todo o material reciclável para os empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
 15. Elaborar leis municipais que garantam a contratação dos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras prevendo o pagamento pela prestação de serviços ambientais, com a continuidade dos contratos enquanto política pública;
 16. Condicionar repasse de recursos federais aos municípios, mediante a comprovação da contratação dos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis para prestação de serviços;
 17. Garantir que os estados tenham estrutura organizacional para a economia solidária e, nesses espaços tenham recursos para apoio aos empreendimentos da economia solidária compostos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;

Educação, Assessoramento Técnico e Tecnologias Sociais.

Tal qual se aplica aos demais empreendimentos da economia solidária, o intenso crescimento nos últimos anos dos empreendimentos de catadores e catadoras exige respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação e assistência técnica. A sua organização e o impulso oferecido pelos programas de governo, como o CATAFORTE I, II e demais projetos da economia solidária, fizeram com que os empreendimentos de catadores e catadoras enfrentassem desafios educacionais importantes, devido ao avanço nos

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

processos de trabalho, nas cadeias produtivas, na autogestão, na formação para o exercício da cidadania, com vistas ao enfrentamento da adversidade presente no mercado capitalista de valores individuais e competitivos.

A perspectiva de formação deve ser continuada, dado que, nos últimos anos os catadores e catadoras têm avançado na verticalização das cadeias produtivas, adquirido novas metodologias de processos de trabalho, do ponto de vista técnico e gerencial, demonstrando capacidades diversificadas e se afirmando frente às novas necessidades produtivas. Assim, têm desenvolvido atividades que exigem conhecimentos avançados e colocam como desafio o processo dialógico que tem o trabalho como um ato educativo, que constrói conhecimentos na associação dos saberes técnicos, gerenciais e políticos coerentes com a autogestão, a solidariedade, na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade.

A inserção dos empreendimentos de catadores e catadoras no mercado capitalista, eliminando os atravessadores, impõe a relação com outros sujeitos como as grandes e pequenas empresas, as indústrias, etc. cujos princípios e valores são individualistas, competitivos e explorador, trazendo a necessidade do aprendizado sobre o funcionamento do mercado, do avanço nesses conhecimentos marcados por tensões, por conflitos de classe, preservando os conhecimentos em relação à sua história, seus valores, sua perspectiva ambiental.

Nesse sentido, a formação e a assessoria técnica devem envolver a apropriação de técnicas e tecnologias sociais, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, os saberes e identidades socialmente construídas, a formação contextualizada no tempo e no espaço, o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero e a socialização de conhecimentos e saberes, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

Em sua quase totalidade, os catadores e catadoras de materiais recicláveis tiveram poucas oportunidades educacionais. Por isso, outro desafio que se coloca é a elevação da escolaridade, incluindo os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos currículos, em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal, em conformidade com a Resolução 72 da II CONAES.¹⁷

Um último desafio relacionado ao processo educativo se dá sobre as relações humanas entre os próprios trabalhadores, dado que grande parte realiza o seu trabalho em ambientes hostis, discriminados e as entidades de apoio, bem como as organizações dos catadores e catadoras têm que enfrentar a questão

¹⁷ Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária. Resolução 8. Brasília: 04 de julho de 2012, p. 5/6.

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

do processo de abordagem para estimulá-los a se organizar e serem incluídos na implantação da PNRS.

Propostas:

1. Elaborar PRONATEC direcionado para catadores e catadoras com base nos princípios da Economia Solidária, de acordo com as diferentes realidades e especificidades locais;
2. Garantir que nos programas, projetos e editais tenham recursos que contemplem apoio e incentivo para participação dos catadores e catadoras nas formações e eventos;
3. Criar um sistema de apoio técnico e financeiro para sistematização, divulgação (através de canais eficientes de comunicação) e replicação das tecnologias sociais produzidas pelos e para os catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
4. Criação de um programa de educação continuada para catadores e catadoras (que chegue até a base) que seja validado por catadores que fazem parte da economia solidária;
5. Garantir que todos os programas, projetos e editais tenham ações direcionadas a Educação dos empreendimentos de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis;
6. Criar cursos de nível superior nos moldes do PRONERA voltado aos catadores e catadoras, que contemple todos os níveis de educação formal, que utilize metodologia criada em conjunto com os catadores e catadoras, e que inclua conteúdos de Economia Solidária e de Resíduos;
7. Criar Universidades Populares que garantam uma educação continuada, uma formação política e técnica, incorporando os princípios da Economia Solidária, os saberes produzidos pelos catadores e catadoras e oportunizando a participação de catadores e catadoras e educadores e educadoras;
8. Criar um programa Bolsa Trabalho para os catadores e catadoras em processos formativos – formação continuada, política e técnica;
9. Elaborar uma diretriz de gestão, assessoramento técnico e formação compartilhada entre técnico e catador que garanta a formação de catador para catador;
10. Reforçar os programas e projetos já existentes nas universidades que atuam com catadores e catadoras e economia solidária, sobretudo as incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, incluindo-os nos critérios de avaliação das universidades;
11. Garantir que as metodologias adequadas aos projetos de catadores e

III Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis

catadoras sejam sistematizados, divulgados e disseminados.

12. Ampliar as capacitações para elaboração dos projetos/programas de coleta seletiva com empreendimentos de economia solidária composto por catadores e catadoras de materiais recicláveis;
13. Garantir a capacitação permanente dos catadores e catadoras através da implantação de CFES Pró-Catador;
14. Garantir recursos para o MNCR destinado à formação política e à capacitação continuadas dos catadores e catadoras residentes em lixões e de forma avulsa;
15. Sensibilizar e fortalecer a identidade do catador e da catadora;
16. Garantir o acesso dos catadores e catadoras e seus dependentes ao ensino técnico e superior;
17. Capacitar e equipar os empreendimentos econômicos solidários de catadores, para os aproveitamentos dos resíduos sólidos eletroeletrônicos custeados pelos fabricantes, por força da logística reversa;
18. Garantir formação do judiciário, através do Ministério Público do Trabalho, para lidar com questões que envolvam a atividade laboral e social dos catadores e catadoras;

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática Economia Solidária como estratégia de inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis



**3ª Conaes
Conferência
Nacional de
Economia
Solidária**

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Conferência Temática Economia Solidária e Feminista

Documento Final

Brasília/DF

Abril/2014

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

Conferência Temática
Economia Solidária e Feminista

APRESENTAÇÃO

A experiência feminista qualifica a Economia Solidária.

As mulheres são maioria na Economia Solidária. Porém, a igualdade entre homens e mulheres, bem como todo o conjunto de questões que envolve a divisão sexual do trabalho – nas esferas pública e privada – ainda é um desafio a ser superado.

É preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que estas esferas, da produção e reprodução, não são separadas e independentes. Ao contrário, são articuladas. Esta mudança de concepção contribui para reconhecer o trabalho doméstico e de cuidados, hoje realizado quase que na totalidade pelas mulheres – fundamental para a sustentação da vida humana.

Como a economia solidária se baseia em princípios contra-hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho. Mas a realidade dos empreendimentos reproduz, na prática, as amarras: as mulheres se concentram em empreendimentos menores, mais informais e frágeis, são minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução.

Acreditamos, entretanto, que a Economia Solidária pode representar uma alternativa para mudarmos este quadro de desigualdade vivido pelas mulheres. Neste sentido, discutir estas questões, apresentar proposições e vivenciar experiências de igualdade, torna-se tarefa cotidiana e coletiva para quem acredita nesse novo jeito de produzir, comercializar e consumir.

Desta forma, a construção da economia solidária, com uma perspectiva feminista, passa por impulsionar que as mulheres rompam limites, de modo a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias e que tenham acesso a crédito.

Nesta III Conferência Nacional da Economia Solidária, queremos contribuir com a construção de políticas públicas a partir da Economia Feminista, trazendo uma outra discussão para a economia solidária: a necessidade de colocar a reprodução humana na centralidade do debate econômico, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para “a produção do viver”.

Entendemos que, desta forma, a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que forem criadas condições para desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo, desconstruindo a divisão sexual do trabalho e recolocando o olhar para o trabalho do cuidado das pessoas como uma esfera relacionada ao mundo produtivo.

E a contribuição da Economia Feminista, no movimento da Economia Solidária, sem dúvida, será determinante para construir, de fato, outra economia – com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos. Nossa experiência, nesta construção, associa a auto-organização das mulheres que fazem economia solidária com o conjunto das lutas feministas, que extrapolam o âmbito local e

imediatamente - construindo uma visão global da transformação social que queremos, para o desenvolvimento de uma economia que tenha como objetivo o bem viver humano, em uma sociedade realmente democrática e igualitária.

Conferências Temáticas Livres de Economia Solidária e Feminista

A Rede Nacional de Economia Solidária e Economia Feminista, articulada pela Guayí, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) provocou, durante o mês de março, nove Conferências Temáticas Livres de Economia Solidária e Feminista, para debatermos a pauta da III Conferência Nacional de Economia Solidária, a partir da experiência das mulheres que estão na economia solidária e das contribuições da economia feminista. Com isso, nos somamos ao esforço nacional do movimento de economia solidária e da Senaes de preparação da III CONAES.

Reproduzimos, neste boletim, as propostas elaboradas nestas Conferências, realizadas em conjunto com as parcerias de cada um dos estados (RS, PR, SP, RJ, DF, PE, RN, CE e PA), integrando também as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Apesar das questões relativas às mulheres virem sendo discutidas já há algum tempo nas diversas instâncias do movimento da Economia Solidária, por vezes ainda soam como dispersas e distantes. E, centralmente, persiste a invisibilidade do trabalho das mulheres tanto o produtivo, quanto o da esfera reprodutiva e dos cuidados.

As propostas aqui apresentadas revelam um conjunto de questões que não são novas para a Economia Solidária, mas que puderam ser discutidas e elaboradas com mais profundidade durante estas Conferências. Tirar o pano que encobrem estas questões, se debruçar sobre elas e extrair propostas que podem transformar a sociedade certamente é uma grande contribuição da Economia Feminista para a III CONAES, visando à qualificação da Economia Solidária como um todo.

SISTEMATIZAÇÃO NACIONAL DAS PROPOSTAS

Eixo 1 - Produção, Comercialização e Consumo

1. Promover a sustentabilidade administrativa e produtiva nos empreendimentos de Economia Solidária das mulheres, enfatizando, neste processo, sua capacitação para gestão;
2. Ampliação das Feiras de Economia Solidária e apoio para construção de Feiras específicas para promover a Economia Solidária e Feminista, bem como constituir espaços de comercialização permanentes e desenvolver políticas públicas para o consumo consciente, promovendo debates também

sobre as trocas solidárias;

3. Aproveitamento dos espaços públicos ociosos existentes para produção e comercialização, sem ônus para os grupos de Economia Solidária;
4. Organizar espaços nos Bairros para comercialização dos produtos locais, fomentando a participação das mulheres em seus espaços de vivência;
5. Consolidar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com facilitação de acesso aos programas e valorização da produção local, além da remuneração justa da produção e adequação da legislação sanitária voltada para a produção do mercado interno, ao modo e escala de produção da economia familiar camponesa;
6. Amplo acesso à comercialização, para as mulheres quilombolas e indígenas;
7. Fortalecimento, com as políticas nacionais de apoio ao artesanato contemplando, também os EES e fomento da sua comercialização em Feiras e eventos; pontos fixos e compras públicas;
8. Desenvolver pesquisas sobre o potencial de produtos e serviços realizados pela Economia Solidária a serem demandados por compras públicas – com a instituição de cotas fixada por legislação e regramento institucional necessário e investir na organização e no suporte técnico, jurídico e de gestão para viabilização destes negócios,
9. Aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco regulatório da economia solidária; Institucionalização, fortalecimento e difusão do Sistema Nacional de Comércio Justo, com seus desdobramentos na organização da política pública e na certificação solidária, reconhecendo e destacando nossos empreendimentos;
10. Construir uma política pública de incentivo às compras privadas, em especial dos supermercados, da Economia Solidária, utilizando-se dos mecanismos e instrumentos que o poder público tem, em todos os níveis federativos, relacionados às concessões públicas à iniciativa privada e às compensações que a iniciativa privada deve pagar pelos impactos de suas atividades econômicas no meio urbano.

Eixo 2 – Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias

1. Que a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) seja um direito de todos os membros da família, com igualdade de direitos;
2. Legislação que permita o acesso específico de crédito para a mulher trabalhadora rural, independente dos limites de crédito vinculados a DAP;
3. Linhas de crédito e financiamento para os empreendimentos de mulheres da Economia Solidária, com taxas mínimas de juros e com subsídios;
4. Acesso à crédito popular, para investimento e capital de giro, com

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

*Conferência Temática
Economia Solidária e Feminista*

- assessoramento e apoio social, em equilíbrio com a qualificação e formação permanente para as mulheres, principalmente as de pequenas cooperativas e empreendimentos;
5. Constituição de Fundos de Apoio às Finanças Solidárias, com linhas específicas de acesso para os EES de mulheres;
 6. Desburocratização do acesso ao crédito nos Fundos Solidário existentes, permitindo o acesso aos empreendimentos solidários, de acordo com sua realidade;
 7. Incentivo à Fundos Solidários formados pelos grupos das mulheres;
 8. Política de apoio à constituição de Bancos comunitários, inclusive na área rural.

Eixo 3 - Conhecimentos: Educação, Formação e Assessoramento Técnico

1. Que seja criado o PRONATEC da Economia Solidária, com forte formação para autogestão, incluindo teoria e conhecimento sobre experiências concretas, além dos instrumentos para administração solidária, gestado e administrado com instituições comprometidas com a ES e voltado para suas necessidades específicas, com comitê gestor composto também com empreendimentos de mulheres e entidades de apoio, contemplando o perfil de mulheres da Ecosol, em especial na escolaridade e na necessidade de cuidado com as crianças para que as mulheres possam se capacitar;
2. Promover igualdade de acesso aos programas de qualificação profissional, sem produzir o confinamento das mulheres às profissões ditas femininas, estimulando, inclusive, a capacitação em comunicação e novas tecnologias, visando à diversificação profissional, além da capacitação das mulheres rurais e quilombolas, valorizando suas especificidades;
3. Inserir, nas capacitações em ES, formação feminista, para todos os segmentos, de forma que a igualdade de direitos e os cuidados e a dimensão reprodutiva da vida sejam reconhecidos como indispensáveis e de responsabilidade de todos: mulheres, homens e estado;
4. Desenvolver as atividades de formação e qualificação nos espaços de produção dos Empreendimentos (ou em local próximo) para viabilizar a participação das trabalhadoras nestas atividades, com a previsão de espaços/ atividades para o cuidado com as crianças;
5. Comunicação como eixo estratégico de fortalecimento do movimento da Economia Solidária e Feminista, com visibilidade às mulheres dos empreendimentos solidários de comunicação e produção cultural, viabilizando sua participação nos espaços representativos; e proporcionando o acesso e qualificação nas tecnologias de comunicação nos EES;
6. Que a Educação Formal contemple, em seu currículo, uma cadeira regular de

Economia Solidária e que se promovam ações, nas escolas das Redes Públicas e Privadas, das áreas urbanas e Rurais, integrando os princípios da economia solidária e feminista e adequando as políticas de educação socioambiental, vinculando-as aos princípios da sustentabilidade e do consumo consciente;

7. Que, além da qualificação técnica (relacionada aos temas da gestão, administração, planejamento e comercialização), as atividades de formação para as mulheres, de todos os segmentos, incluam:
 - a) Formação política (história de luta das mulheres, esfera reprodutiva e dos cuidados) para construção de identidade feminista, bem como pertencimento racial e étnico;
 - b) Práticas de controle social e participação das mulheres nos espaços públicos;
 - c) Formação continuada sobre a importância das mulheres na construção e fortalecimento da Ecosol;
 - d) Valorização e autoestima, fortalecimento da participação das mulheres na sociedade, nas políticas públicas e nos espaços de decisão;
8. Que a Senaes, Secretarias Estaduais e Municipais, façam o recorte de gênero, raça e etnia no seu sistema de comunicação, principalmente no Banco de Dados do Cidadão, mostrando o conjunto de indicadores desagregados e facilitando a utilização desta ferramenta;
9. Qualificar espaços públicos permanentes (Casas da Ecosol, Centros de Referência, Pontos Fixos, etc) com condições de infraestrutura e equipamentos para realização de formação e qualificação técnica de Ecosol, incluindo a instalação de telecentros;
10. Construir legislações que reservem uma cota obrigatória de tempo para divulgação da Economia Solidária nos meios de comunicação que recebem concessão pública. Organizar campanhas de divulgação da Ecosol, ampliando o desenvolvimento de aplicativos que permitam a localização dos EES.

Eixo 4 – Ambiente Institucional: Integração de Políticas Públicas

1. Que os governos desenvolvam políticas públicas para a criação e fomento de equipamentos e serviços sociais, como lavanderias coletivas, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, em bairros e regiões com concentração populacional de baixa renda, estimulando a autogestão comunitária e a geração de trabalho e renda para os Empreendimentos de Economia Solidária, dentro da proposta de Desenvolvimento Local;
2. Creche para as crianças como um direito fundamental para as trabalhadoras do campo e da cidade, com aumento das vagas em creches (EMEI's) ou apoio a constituição de creches em EES, incluindo os horários em que estão participando de cursos de qualificação, os eventos públicos e a incubação dos empreendimentos;

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

*Conferência Temática
Economia Solidária e Feminista*

3. Aumentar os núcleos do Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumentando a oferta educativa de turno integral nas Escolas Públicas, para que as mães possam dedicar-se ao trabalho, tendo os filhos devidamente assistidos;
4. Considerar as especificidades das mulheres na elaboração das políticas públicas e editais para incluir o custeio das atividades de cuidados nas previsões orçamentárias;
5. Criação e ou fortalecimento de Decretos ou Leis, que tratam da certificação dos empreendimentos e que estabelecem Compras Públicas para empreendimentos da Economia Solidária, com recorte de gênero; incluindo a Certificação Participativa da produção agroecológica;
6. Garantir acesso à previdência social para as trabalhadoras e trabalhadores da Ecosol, com ampliação dos direitos e benefícios, como a licença paternidade para estimular os homens a assumir as tarefas de cuidados e reprodução;
7. Criar e fortalecer os mecanismos que protegem as pessoas e a produção da deriva dos agrotóxicos (ANUISA); criação de legislação específica para as Cooperativas da Agricultura Familiar, diferenciada das cooperativas empresariais;
8. Investimentos e desburocratização no reconhecimento da delimitação de terras das comunidades quilombolas e indígenas; que as mulheres pescadoras e as trabalhadoras da cadeia da pesca tenham seus direitos igualmente reconhecidos e garantidos e que os poderes públicos garantam escolas, creches, postos de saúde e condições de escoamento da produção nos assentamentos da reforma agrária e que se amplie o acesso à terra para as mulheres;
9. Que se assegure, na incubação de empreendimentos, a infraestrutura de creches, em ação articulada com a política pública de educação, bem como ações articuladas com o sistema de proteção social previsto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social); que as instituições garantam creches para cuidado com as crianças quando da organização dos eventos públicos, facilitando também a participação das mulheres;
10. Estimular a criação de Conselhos Municipais e Estaduais de Economia Solidária, como espaços de discussão, proposição, deliberação, monitoramento e controle social da política pública de economia solidária, incluindo espaços específicos para formulação de políticas públicas para as mulheres;
11. Fortalecimento das Conferências, nas áreas das diversas políticas públicas e, centralmente, da economia solidária, garantindo sua construção democrática, em todos os níveis federativos, como espaços públicos institucionais de formulação de diretrizes, políticas e prioridades e, portanto, que sejam assumidas como espaços de deliberações a serem implementadas;
12. Garantir a integração com as demais políticas públicas articuladas

III Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

*Conferência Temática
Economia Solidária e Feminista*

pelos governos, em especial as que tratam da saúde e da prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, com políticas públicas para o fomento à empreendimentos de mulheres em situação de vulnerabilidade e de violência;

13. Fortalecimento dos Fóruns de Economia Solidária, como instâncias do movimento de Economia Solidária.

Patrocínio:



Apoio:



Secretaria-Geral da
Presidência da República

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério da
Educação



Realização:



Secretaria de
Políticas para as Mulheres

Conselho Nacional de
Economia Solidária

Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

